

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**FERNANDO LOPES DE AQUINO**

**CONCEITOS E SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA EM WITTGENSTEIN**

**GUARULHOS  
2013**

**FERNANDO LOPES DE AQUINO**

**CONCEITOS E SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA EM WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia  
Área de Concentração: Metafísica e Linguagem, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Carvalho.

**GUARULHOS  
2013**

AQUINO, Fernando Lopes.

Conceitos e semelhanças de família em Wittgenstein / Fernando Lopes de Aquino – 2013. 1 f.

Dissertação de Mestrado em filosofia – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013.  
Orientação: Prof. Dr. Marcelo Carvalho

1. Filosofia. 2. Linguagem.

**FERNANDO LOPES DE AQUINO**  
**CONCEITOS E SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA EM WITTGESNTEIN**

Dissertação de mestrado apresentada à  
Universidade Federal de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Filosofia  
Área de concentração: Filosofia

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Marcelo Carvalho  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Bento Prado Neto  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Tiago Tranjan  
Universidade Federal de São Paulo

*Para Sofia*

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é fruto de muita renúncia, por isso gostaria de agradecer especialmente a Kelly, esposa e amiga, que durante essa caminhada manteve-se ao meu lado apoiando cada uma das escolhas que tive que fazer.

Agradeço também ao Professor Dr. Marcelo Carvalho pela amizade, paciência e dedicação, não apenas nos momentos de orientação, mas também nas muitas conversas que tivemos durante esse período.

Aos Professores Dr. Plínio Smith e Dr. Tiago Tranjan pelas considerações pertinentes e pelo diálogo franco no exame de qualificação.

Ao Professor Dr. Bento Prado Neto pelos diálogos durante os Encontros e Colóquios do grupo de pesquisa *Dissoi Logoi*, e por aceitar compor a banca de defesa.

À todos os funcionários da Pós-Graduação em Filosofia da UNIFESP Guarulhos, e particularmente à Daniela Gonçalves.

Ao apoio financeiro da CAPES/REUNI.

Vi que não há Natureza,  
Que Natureza não existe,  
Que há montes, vales, planícies,  
Que há árvores, flores, ervas,  
Que há rios e pedras,  
Mas que não há um todo a que isso pertença,  
Que um conjunto real e verdadeiro  
É uma doença das nossas ideias.

A Natureza é partes sem um todo.  
Isto e talvez o tal mistério de que falam.

Foi isto o que sem pensar nem parar,  
Acertei que devia ser a verdade  
Que todos andam a achar e que não acham,  
E que só eu, porque a não fui achar, achei.

Alberto Caeiro (O guardador de rebanhos)

## RESUMO

Esta pesquisa procura apresentar uma leitura das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, especificando a sua contraposição a um modelo de linguagem especialmente vinculado ao essencialismo platônico. O tema é delimitado por intermédio dos parágrafos 65 a 88 da obra, onde os argumentos do autor se desdobram a partir de concepções como “jogos de linguagem” e “semelhanças de famílias”. O principal intuito é verificar como esses dois elementos estão estruturados nas *Investigações* e quais as suas implicações para a filosofia da linguagem de Wittgenstein.

Palavras-chave: linguagem; essência; jogos de linguagem; semelhanças de família.

## ABSTRACT

This research attempts to present a reading of Wittgenstein's *Philosophical Investigations* stating its opposition to certain model of language, especially linked to the platonic essentialism. The theme is defined by paragraphs 65 to 88 of the work, where the author's arguments unfold from the conceptions of "language games" and "family resemblances". Our goal is to see how these elements are structured in the *Investigations* and what their implications for the language philosophy of Wittgenstein.

**Keywords:** language; essence; language games; family resemblances.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>ESTRUTURA E COMENTÁRIO GERAL DOS §§65-88</b>	<b>12</b>
1.1 SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA:	20
1.1.1 SOBRE O LIMITE RÍGIDO DO CONCEITO	32
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA, ALGO COMUM E PROCESSOS MENTAIS</b>	<b>36</b>
2.1 VER O ALGO COMUM	41
2.1.1 TRÊS EXEMPLOS SOBRE “ <i>VER O ALGO COMUM</i> ”	43
2.2 SIGNIFICAÇÃO E PROCESSOS MENTAIS NO CONTEXTO DE INTERLOCUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FILOSOFIA DE WITTGENSTEIN	49
2.3 CRÍTICA AOS PROCESSOS MENTAIS E APONTAMENTOS SOBRE A IDEIA DE SIGNIFICAÇÃO	55
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>SIGNIFICAÇÃO E O PARADOXO SOBRE SEGUIR REGRAS EM §§81-88</b>	<b>60</b>
3.1 SIGNIFICAÇÃO E REGRAS	60
3.1.1 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE “SIGNIFICAÇÃO” E “REGRA” NO DESENVOLVIMENTO FILOSÓFICO DE WITTGENSTEIN	63
3.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUAGEM E CÁLCULO NO PERÍODO INTERMEDIÁRIO	70
3.2.1 LINGUAGEM E CÁLCULO NO CONTEXTO DO <i>BIG TYPESCRIPT</i>	70
3.1.2 LINGUAGEM E CÁLCULO NO CONTEXTO DA <i>GRAMÁTICA FILOSÓFICA</i>	72
3.3 LINGUAGEM E O DEBATE SOBRE SEGUIR REGRAS NAS <i>INVESTIGAÇÕES</i>	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

Em seu prefácio às *Investigações Filosóficas* Wittgenstein se refere ao próprio texto como “esboços de paisagens” que nasceram de “longas e confusas viagens”. Metáfora por metáfora, podemos vincular o filósofo à imagem de um caminhante, algo que não soa absolutamente estranho à filosofia,<sup>1</sup> e nos perguntar como ele estabelece o seu percurso e de que maneira isso reflete as suas concepções. Um pequeno excuro talvez esclareça isso.

Diógenes Laértios, famoso não apenas por compilar os ditos de filósofos ilustres, mas também uma série de anedotas, narra uma passagem no mínimo caricata a respeito de Tales. Ao caminhar durante uma noite para observar as estrelas, Tales, que é considerado o primeiro dos filósofos e um dos sete sábios gregos, foi incapaz de perceber à sua frente um buraco e nele caiu, justamente por manter o olhar fixo naquelas. Uma escrava estende-lhe a mão, mas não perde a oportunidade de afrontá-lo dizendo: “como pretendes, Tales, tu, que não podes sequer ver o que está à tua frente, conhecer tudo acerca do céu?” (LAËRTIOS, 2008. p. 21).

A anedota é uma sátira, mas não é menos expressiva por isso. Nos mostra que o desejo de conhecer coisas tão elevadas como as estrelas às vezes também é capaz de nos impedir de perceber os “buracos” à nossa frente, algo que via de regra é identificado por pessoas muito mais simples, representada na passagem por uma mulher e escrava, o que nesse contexto significava pertencer ao estrato mais baixo da sociedade.

---

<sup>1</sup> Já que desde os gregos esta atividade se caracteriza como um exercício capaz de estimular a reflexão. É o caso, por exemplo, dos peripatéticos caminhando sob os portais do liceu.

Mas, se por um lado podemos conceber a Wittgenstein como que herdando da tradição a imagem de “caminhante”, por outro, conhecendo um pouco de sua biografia, sabemos que ele várias vezes explicitou certa indiferença em relação aos legados que lhe eram de direito<sup>2</sup>, o que nos permite traçar um curioso paralelo com o desenvolvimento de sua filosofia, onde pontos fundamentais da tradição não são tomados como problemas a serem resolvidos, mas como algo a ser abandonado, isto é, se reposicionando e reconduzindo as palavras de volta a seu emprego cotidiano (*IF* §116).

Nas *Investigações*, manter o olhar fixo em estrelas, buscar “essências ocultas” ou “purezas cristalinas” não é propriamente o alvo, e aqui a imagem do filósofo que Tales caracteriza é virada de cabeça pra baixo. Enquanto “caminhada”, a filosofia seria mais um exercício atento aos atritos desse trajeto, isto é, à percepção de que estamos nos comprometendo com concepções que apesar de tradicionais e consolidadas não nos permitem caminhar:

Caímos numa superfície escorregadia onde falta o atrito, onde as condições são, em certo sentido, ideais, mas onde por essa mesma razão não podemos mais caminhar; necessitamos então o *atrito*. Retornemos ao solo áspero! (*IF* §107).

De maneira análoga, o que esta pesquisa pretende é situar a contraposição presente nas *Investigações* entre uma concepção de linguagem cuja perspectiva se atém a pressupostos como a ideia de *essência* ou *algo comum*, que levariam à falta de atrito mencionado no §107, e a percepção de Wittgenstein, caracterizada por meio da noção de *semelhanças de família*.

Já circunscrevendo a discussão, sigo a hipótese de que os §§65-88 se constituem como uma chave de leitura para a contraposição referida, pois, como pretendo mostrar adiante, as implicações causadas por esse trecho nos permitem explorar pontualmente alguns dos principais elementos da concepção de linguagem que Wittgenstein refuta e o que ele apresenta em contrapartida.

Ao realizarmos a análise desse trecho, talvez tenhamos a possibilidade de compreender em que medida ele constitui uma perspectiva em relação à linguagem distinta do que tem sido sustentado por parte significativa da filosofia, e até mesmo por aqueles que

---

<sup>2</sup> Wittgenstein descendia de uma família multimilionária do império austríaco, mas apesar disso renunciou toda parte que lhe cabia por herança e viveu de maneira bastante modesta. Sobre isto, cf. MONK. 1995.

comentam a obra de Wittgenstein e lhe atribuem características que ainda se vinculam a um modelo de linguagem mais “tradicional”.

Metodologicamente, o percurso adotado na pesquisa será o de iniciar o trabalho apresentando um panorama geral dos §§65-88, especificando este recorte como um núcleo de questões diretamente relacionadas à contraposição de Wittgenstein à visão tradicional sobre a significação dos conceitos. A leitura certamente terá por base os referenciais bibliográficos selecionados – eles devem e serão explicitados – porém, o que mais nos interessa neste passo é retornar ao próprio texto e ressaltar o que os parágrafos delimitam, percebendo em sua organização como os problemas estão colocados, discutidos e esclarecidos nesse recorte.

Em seguida, a fim de explicitar melhor a contraposição exposta no primeiro capítulo, proponho uma leitura de dois elementos centrais das *Investigações*. O primeiro elemento está relacionado à ideia de que existe algo comum entre os termos que caem sob o conceito, e que isto envolve um processo mental capaz de criar um modelo ou imagem a partir do qual delimitaríamos a significação das palavras ou sentenças. Este ponto será desenvolvido no segundo capítulo, e para tornar a análise mais contundente proponho expor algumas interlocuções envolvidas no debate, seja em relação a outros filósofos ou à própria obra de Wittgenstein.

O segundo elemento analisado nos permitirá abordar o problema da ideia de significação a partir do pressuposto de que há um sistema de regras capaz de determinar o uso dos conceitos. Como veremos, parte fundamental dessa concepção fora desenvolvida especialmente por Wittgenstein em seus trabalhos intermediários, o que nos permitirá problematizar a hipótese de que algumas leituras sobre as *semelhanças de família* se desenvolvem a partir dessa concepção intermediária e não do que Wittgenstein propõe nas *Investigações*.

# CAPÍTULO 1

## ESTRUTURA E COMENTÁRIO GERAL DOS §§65-88

As *Investigações filosóficas* contêm diferentes aspectos que a caracterizam como uma obra particularmente notável. Um deles em especial é o diálogo ininterrupto que constitui o texto, algo que também é capaz de colocar em debate uma sucessão de elementos que atingem diretamente nossas concepções filosóficas sobre lógica, linguagem, conhecimento, entre outros.

Embora a pesquisa não pretenda discutir pontualmente os problemas que se desdobram dessa característica<sup>3</sup>, almejarei algo bastante simples, mas igualmente importante. Minha proposta se resume a tentar mostrar que esse diálogo está intrinsecamente ligado a um exercício de reflexão e crítica sobre elementos filosóficos fundamentais e, de maneira mais específica, que o resultado dessa apreciação faz surgir uma compreensão sobre o

---

<sup>3</sup> Algumas destas características são explicitadas pelo próprio Wittgenstein em seu prefácio, mostrando quão complexo é a organização do texto a partir dessa opção formal e como isso problematiza a delimitação de temas: “Redigi todos esses pensamentos como *anotações*, em breves parágrafos. Às vezes como longos encadeamentos sobre o mesmo objeto, às vezes saltando em rápida alternância de um domínio para outro. – Era minha intenção desde o início resumir tudo isso num livro cuja forma foi objeto de representações diferentes em diferentes épocas. Mas parecia-me essencial que os pensamentos devessem aí progredir de um objeto a outro numa sequência natural e sem lacunas. Após várias tentativas fracassadas para condensar meus resultados num todo assim concebido, compreendi que nunca conseguiria isso, e que as melhores coisas que poderia escrever permaneceriam como anotações filosóficas; que meus pensamentos logo se paralisavam, quando tentava, contra sua tendência natural, forçá-lo em *uma* direção” (Wittgenstein, Prefácio).

funcionamento da linguagem marcadamente distinta das concepções tradicionais<sup>4</sup>, sobretudo a ideia de que elementos como “essência”, “algo comum”, “delimitação rígidas dos conceitos” etc., são *necessários* para o seu uso adequado.

Uma opção metodológica capaz de pontuar os traços dessa contraposição, entre muitas possíveis, é a observação da maneira como Wittgenstein lida com os pressupostos aos quais se opõe e a especificação de alguns parágrafos onde o seu “reposicionamento” parece ser mais explícito. Essa característica parece notória entre os §§1-88, que para além daquilo que os constituem tematicamente, possui um histórico de composição peculiar, nos permitindo analisá-los como um conjunto de textos relativamente autônomo.

Depois de retornar à Cambridge em 1929 e reiniciar o seu trabalho filosófico, Wittgenstein identificou no *Tractatus* uma série de problemas, entre os quais um núcleo de dificuldades relacionadas à “forma essencial da proposição” ali presente. Sucessivas tentativas foram empregadas a fim de reelaborá-la, mas ao final, a conclusão fora a de que ele deveria se afastar das principais ideias que compunham aquela obra. É evidente que isto não transcorreu de maneira tão linear e pontual, e que as mudanças vividas por Wittgenstein entre o abandono do *Tractatus* e a elaboração de sua filosofia “madura”, presente especialmente nas *Investigações*, formam uma transição gradativa e bastante complexa, como poderemos notar em alguns trechos ao longo dessa pesquisa.

Como parte desse processo, em 1934-5, Wittgenstein escreveu o *Brown Book*, anotações ditadas a dois de seus alunos, Francis Skinner e Alice Ambrose, que visavam esclarecer a ele mesmo os resultados de seus trabalhos até aquele momento<sup>5</sup> (Cf. MONK. p.310). O livro traz o método dos *jogos de linguagem*<sup>6</sup> e sua aplicação por meio de uma série

---

<sup>4</sup> Entendo que as concepções chamadas aqui de “tradicionais” são pressupostas tanto na interlocução que Wittgenstein estabelece em seu texto, as quais ele busca refutar, quanto em algumas das interpretações dadas por comentadores de Wittgenstein após a recepção de sua obra. Meu objetivo é tratar destes dois pontos, analisando como o diálogo das *Investigações* explicitam essa contraposição e, como alguns comentários “amenizam” o teor das críticas de Wittgenstein.

<sup>5</sup> Segundo Monk: “Em 31 de julho de 1935, ele (Wittgenstein) escreveu a Schlick descrevendo o livro como um documento que mostra ‘o modo como eu acho que a questão toda deveria ser tratada’. Uma vez que na época ele estava planejando abandonar completamente a filosofia e ir viver como trabalhador braçal na Rússia, é possível que o livro represente uma tentativa de expor os resultados de seus sete anos de trabalho filosófico de uma maneira que permitisse a alguém aproveitá-los” (1995. p.312).

<sup>6</sup> Já formulado em um texto anterior, redigido para substituir um curso que Wittgenstein deveria ministrar no ano letivo de 1933-4. Wittgenstein também ditou esse texto para alguns de seus alunos mais próximos, que depois de datilografá-lo foi distribuído aos demais. Por ter suas folhas entre capas azuis, o texto ficou conhecido como *The blue book*. Monk faz o seguinte resumo dessa obra, particularmente importante para o objeto dessa pesquisa:

de “exercícios”, que uma vez comparados com a nossa própria linguagem nos faria perceber como alguns equívocos em filosofia são criados. Considerando a dificuldade de entender os propósitos do livro, Monk considera um exemplo específico que talvez também nos ajude neste mesmo processo:

Após descrever uma série de jogos de linguagem com recursos mais ou menos primitivos para distinguir uma hora do dia de outra, ele os compara com a nossa própria linguagem, que permite a construção de perguntas como: “Para onde vai o presente quando se torna passado?”. “Eis uma das fontes mais fecundas de desconcerto filosófico”, diz ele. Perguntas como essas, afirma Wittgenstein, surgem porque nosso simbolismo equivocadamente nos leva a certas analogias (neste caso, a analogia entre um evento passado e uma *coisa*, a analogia entre dizer “Algo aconteceu” e “Algo veio a mim”) (MONK. 1995. p.311).

Ainda segundo Monk, um dos aspectos problemáticos do *Brown Book* e que foram revistos nas *Investigações*, diz respeito ao fato de que nesta segunda obra Wittgenstein constantemente se deu a liberdade de tentar explicar um pouco mais o uso dos jogos de linguagem, agindo assim para que o leitor não o interpretasse equivocadamente, como podemos perceber nos §§130-133.

§130 - Nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para um futura regulamentação da linguagem, como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como *objetos de comparação*, que através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem.

§133 - Não queremos refinar ou completar de modo inaudito o sistema de regras para o emprego de nossas palavras. Pois a clareza (*Klarheit*) à qual aspiramos é na verdade uma clareza completa. Mas isto significa apenas que os problemas filosóficos devem desaparecer *completamente*. A verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar, quando quiser. – A que acalma a filosofia, de tal modo que esta não mais fustigada por questões que coloca ela própria em questão. – Mostra-se agora, isto sim, um método por exemplos, e a série desses exemplos pode ser interrompida. – Resolvem-se problemas (afastam-se dificuldades), não *um* problema.

---

“sob muitos aspectos, *O livro azul* pode ser considerado um protótipo pioneiro de exposições subsequentes da filosofia madura de Wittgenstein. Como todas as demais tentativas futuras de organizar sua obra de forma coerente, o livro começa referindo-se a ‘uma das grandes fontes de desorientação filosófica’, a saber, a tendência de buscarmos coisas que correspondam a substantivos. Por isso perguntamos: ‘O que é tempo?’, ‘O que é significado?’, ‘O que é conhecimento?’, ‘O que é pensamento?’, ‘O que são números?’ etc., na expectativa de conseguir responder essas perguntas nomeando alguma *coisa*. A técnica dos *jogos de linguagem* foi concebida para romper o domínio dessa tendência” (1995. p.305).

Imediatamente após escrever o *Brown book* (1936), Wittgenstein decidiu ir à Noruega levando o texto com o propósito de traduzi-lo para o alemão, tarefa que em certo momento foi interrompida, pois, como ele mesmo declara em uma carta destinada a Moore, datada de novembro de 1936, tudo, ou quase tudo o que havia feito, era “maçante e artificial”. Como desdobramento dessa análise ele começou a escrever um novo texto, não mais guiado pela versão do *Brown book*:

*I therefore decided to start all over again and not to let my thoughts be guided by anything but themselves. – I found it difficult the first day or two but then it became easy. And so I’m writing now a new version and I hope I’m not wrong in saying that it’s somewhat better than the last.*<sup>7</sup>

Os primeiros 88 parágrafos das *Investigações Filosóficas* resulta desse intenso trabalho. Wittgenstein estava tão satisfeito com ele que no natal de 1936, quando viajou para Viena, presenteou a irmã com o texto. Quando retornou para a Noruega, porém, ele o retomou e em maio de 1937 concluiu o que viria a ser chamado posteriormente de *Urfassung* (MS 142), trecho que corresponde aos §§1-189a das *Investigações*. Estes parágrafos permaneceram praticamente inalterados durante a composição dos textos subsequentes, em particular os §§1-88. Embora possa haver temas que são desdobrados e analisados com maiores detalhes em outras partes das *Investigações*, é quase certo que o seu conteúdo foi visto por Wittgenstein como um texto completo e permanente.

Esse recorte, embora não esgote o tema dessa pesquisa, pode ser tomado como ponto de partida para uma reflexão sobre aquilo que caracteriza de maneira mais ampla as concepções de Wittgenstein sobre pontos importantes da linguagem, circunscrevendo alguns tópicos fundamentais do debate que temos anunciado<sup>8</sup>. Para que isso fique mais claro, irei discorrer brevemente sobre algo que é problematizado desde os primeiros parágrafos das *Investigações* e que se mantém como uma suposição fundamental no §65, a saber, aquilo que Wittgenstein chama de “uma determinada imagem da linguagem humana” (*IF* §1).

---

<sup>7</sup> To Moore, 20-11-1936. In “McGuinness, Brian. *Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents, 1911-1951*. 4<sup>th</sup> ed. Cambridge. 2008. p.257”.

<sup>8</sup> Grosso modo, a contraposição entre uma postura em relação à linguagem que supõe como necessário elementos como a ideia de essência ou algo comum, e a perspectiva apresentada por Wittgenstein a partir da noção de *semelhanças de família*.

No contexto dos parágrafos 1-88 Wittgenstein não apresenta uma contraposição limitada a um ou dois protagonistas específicos, trata-se mais de algo voltado para o “fundamento” de uma determinada concepção, residindo no interior da própria linguagem. A maneira como ele explicita isso de algum modo também assinala o nosso comprometimento com ideias que influem diretamente sobre a forma como concebemos a linguagem e construímos a nossa visão do mundo.

Wittgenstein opta por apresentar essa ideia mediante uma citação específica das *Confissões* de Agostinho, desdobrando-a com o propósito de encontrar ali elementos que, apesar de tácitos, tornam-se influentes o suficiente para estruturar o nosso modo de conceber a linguagem. O primeiro parágrafo das *Investigações* é justamente a explicitação desse texto, e logo na sequência a interpretação de Wittgenstein de que nele se encontra “uma determinada imagem da linguagem humana” (*IF* §1). Na passagem podemos acompanhar Agostinho rememorando como aprendera a designar as coisas e a expressar o que desejava, tendo o texto se desenrolando da seguinte forma:

“Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E, quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos” (AGOSTINHO. *Confissões* I/8)

O que Wittgenstein observa, ou ao menos cogita com um “assim me parece”, é que nesse trecho há uma imagem bastante específica da linguagem humana, algo que pode ser caracterizado como um elemento fundante, marcado por uma estrutura em que as palavras denominam objetos e frases se formam a partir da ligação desses nomes (Cf. *IF* §1). Esta concepção, que seria destacada como a essência da linguagem, nutre-se da ideia de que: “cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui” (*IF* §1). Assim, de uma visão sobre a linguagem presente no trecho de Agostinho se desdobra uma noção do significado das palavras que, por sua vez, seria recusada ao longo das *Investigações*.

Segundo Stern, uma observação fundamental que deve ser feita em relação a uma leitura ampla como essa é que a base textual das *Investigações* não é de forma alguma

reducionista, ou seja, entender essa passagem como o único mote para a leitura daquilo que as *Investigações* criticam é um equívoco, pois o que a obra constantemente enfatiza é que os nossos enganos filosóficos são extremamente diversificados,

E a “imagem particular” do §1b é apenas uma dentre vários equívocos e tentações filosóficas bastante específicas que Wittgensteins discute no restante do texto. (...)Situair essas e outras imagens em uma única “grande imagem” vai em sentido contrário à ênfase de Wittgenstein na diversidade e na multiplicidade de nossos enganos (STERN, 2012. p.78).

Isto não quer dizer, porém, que esta “imagem” específica não introduza um ponto particularmente relevante nesse conjunto de textos, sobretudo durante os primeiros 88 parágrafos<sup>9</sup>. Saber o que há de problemático é justamente o que importa, já que ela parece bastante condizente com o modo como todos concebem o aprendizado de uma linguagem, o que as palavras significam e como expressar o que se deseja. Warren Goldfarb comentando a naturalidade dessa “imagem” coloca as coisas da seguinte forma:

*My primary reaction to the citation from the Confessions, read by itself, is to think that what it expresses is obvious – it seems trivial, prosaic, well-nigh unobjectionable. It is just a harmless elaboration of the observations that early in life children learn what things are called, and learn to express their wants and needs verbally. It hardly goes beyond the level of commonplace (GOLDFARB. 1983. p.268).*

Para Goldfab, muitos comentadores realmente aceitaram a trivialidade dessa imagem, e isto, para ele, é algo extremamente problemático, pois na verdade parece que Wittgenstein propõe exatamente o contrário, isto é, o que ele deseja é nos chocar e mostrar quantas coisas são pressupostas em uma concepção que parece óbvia. Dito de outra forma:

*Wittgenstein is, alredy in §1, pointing to unclarity of what it is to have a conception of language (...) He is suggesting that despite its commonplace air the quotation can be taken as expressing a way of looking at language that is in its very core philosophical (GOLDFARB. 1983. p.268).*

Comentando esse trecho de Goldfarb, Stern diz ainda que apesar de o propósito de Wittgenstein ter implicações tanto em um sentido ordinário, quanto filosófico (STERN. 2012.

---

<sup>9</sup> E é este o objetivo desse tópico, pois entendemos que isso tem grande implicações nos trechos subsequentes dos §§65-88.

p.122), sua principal preocupação é mostrar que os problemas filosóficos se desdobram do sentido comum pressuposto no uso ordinário da linguagem.

O ponto é que Wittgenstein não parte de uma apresentação sofisticada, e de fato as *Confissões* não estão oferecendo uma concepção teórica da essência da linguagem, elas não se constituem como uma obra nestes termos e o que Agostinho faz é simplesmente lembrar (a partir de determinados pressupostos) como ele, e as crianças em geral, aprendeu desde cedo a nomear as coisas e a expressar verbalmente seus desejos. É neste sentido que se coloca em questão a obviedade da imagem, pois é a partir dela que se desdobram diversas teorizações sobre como a linguagem *deve* funcionar. Por isso Wittgenstein:

Não começa com a filosofia sistemática, ou com a história da filosofia, mas com as estruturas de pensamento, com as formas de falar, que podem nos levar a formular tais teorias filosóficas. (STERN. 2012. p.122).

Outra característica ligada a essa forma de proceder é que Wittgenstein acaba não elegendo um único interlocutor a quem pudesse se opor, uma figura proeminente e capaz de sustentar uma teoria sistematicamente elaborada. Mais do que dialogar com uma teoria ou um representante consagrado de uma perspectiva sobre a linguagem, ele mostra o enraizamento daquilo que pode ser considerado uma “imagem”, e, como sugere Hacker (2001. p.266), não podemos nos contrapor a uma imagem do mesmo modo que o faríamos com uma refutação teórica tradicional, pois: “*A picture cannot be contradicted by observations or discoveries. It lies outside the range of refutation by facts*”. Mais uma vez, o que está em jogo é aquilo que permite tais reflexões e teorias, escolhas subscritas na linguagem que de algum modo estabelecem qual a maneira de formular e responder os problemas.

Adiante no texto, Wittgenstein segue esta perspectiva caracterizando de maneira metafórica algo que é capaz de nos manter presos, sem que pudéssemos sair, justamente por se conservar no interior de nossa linguagem, repetindo-se para nós “inexoravelmente”, isto é, uma *imagem* da linguagem que nos leva a argumentar sempre da mesma maneira. Em outros termos, embora a tradição nos apresente uma série de concepções teóricas sobre a linguagem, certos pressupostos compartilhados fazem com que as diferentes perspectivas sobre um assunto tenham pontos de contato tão fundamentais que parte significativa de seus resultados seja muito semelhante.

Este é o caso, por exemplo, de quem concebe com grande naturalidade que podemos determinar o significado e o uso de termos gerais a partir do reconhecimento de algo comum

ou de sua essência, ou ainda, que a linguagem possui uma estrutura de espelhamento do mundo capaz de ser apreendida pela análise lógica da linguagem (cf. *IF* §65). Ao aceitar esses elementos como fundamento, mesmo que o tema seja abordado por caminhos diferentes, ao final, é bem provável que o destino seja o mesmo, o que segundo Wittgenstein nos fará ter que reconhecer que não estamos mais próximos do significado da realidade do que Platão, por exemplo, ou que nos incomodamos com os mesmos problemas filosóficos que preocupavam os gregos, tudo porque: “*our language has remained constant and keeps seducing us into asking the same questions*” (2005. *Big Typscript* 424).

De fato, como expõem os parágrafos subsequentes à citação de Agostinho, a imagem esboçada por ele só pode ser feita dessa maneira porque já traz consigo uma visão particular da linguagem,<sup>10</sup> é por isso que sequer se trata de uma concepção teórica propriamente, mas de uma análise posterior ao seu aprendizado da linguagem, inclinada a interpretar isto segundo certos pressupostos. Para Stern:

Wittgenstein está tentando chegar às preconcepções e pressupostos não examinados que levam os filósofos a argumentar da maneira como fazem. Mas Wittgenstein não vê estas preconcepções como algo mais, acima e abaixo destas linhas específicas de argumentação, nos termos da “imagem agostiniana”, que seriam os verdadeiros motivos ocultos por detrás daquilo que os filósofos dizem e fazem. Em vez disso, os concebe como presentes nos movimentos que dão início às reflexões filosóficas. Por essa razão, ele começa com exemplos particulares de argumentos filosóficos que apenas parecem simples, de um tipo que aparece com mais frequência em uma discussão em sala de aula do que em um artigo ou livro filosófico (STERN. 2012. p.133).

Por isso mesmo o destaque deve ser dado sobre o modo como alguns elementos são compartilhados, ou ainda, o partilhar disso que pode ser considerado uma “determinada imagem da essência da linguagem humana”, que uma vez cristalizada tende a se repetir ininterruptamente. A contraposição a esta “imagem”, no caso das *Investigações*, não seria tanto a proposta de caminhos alternativos para se alcançar uma solução para os problemas que ela levanta, mas o reposicionamento em relação a este “fundamento”, “raiz” ou “necessidade” que nos impõe o problema, “a verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar, quando quiser” (*IF* §133). Como sugere o §103, há um “ideal instalado

---

<sup>10</sup> Veja, por exemplo, que a imagem agostiniana da linguagem supõe claramente uma distinção entre linguagem e mundo e que, conseqüentemente, os tipos de relações que poderia haver entre ambos é algo que só se põe *a partir* dessa imagem e não antes.

definitivamente em nossos pensamentos” e dele não podemos nos afastar, como se a linguagem inevitavelmente nos fornecesse um modo de conceber o mundo, “óculos assentados sobre o nariz, e o que vemos, vemos através deles”. Por isso, mais do que ajustar as lentes (rever certas teorias), seria imprescindível tentar retirar estes óculos, ou ao menos colocar em questão o modo como as palavras são usadas quando se pretende, por exemplo, encontrar através delas algo de essencial.

## 1.1 Semelhanças de família

Um dos aspectos que se desdobra da concepção de linguagem explicitada através da citação de Agostinho envolve a pergunta pela significação, algo que sob a perspectiva dessa imagem da linguagem, deveria ser investigado antes do uso de qualquer conceito ou palavra. O §65 parece condensar uma série de pressupostos relacionados a isto, ao menos em relação ao que tradicionalmente se entende por este tipo de exercício.

Primeiro, o parágrafo se arma apresentando a “busca pela essência da linguagem” como um requisito indispensável e, em seguida, este que parece ser um pressuposto, também se torna o ponto a partir do qual outras concepções a respeito do trabalho conceitual se desdobram, como a ideia de *algo comum* ou a *forma geral da proposição*, ou seja, maneiras diferentes de explicitar os procedimentos necessários para que um conceito realmente seja concebido e compreendido como tal:

Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: “Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à *forma geral da proposição* e da linguagem” (IF §65).

Curiosamente, a sequência do texto mostra como Wittgenstein aquiesce à acusação de seu interlocutor, isto é, ele de fato afirma que não procede segundo os pressupostos apresentados e, portanto, não pretende oferecer nada de essencial ou comum aos diferentes

tipos de jogos de linguagem que expôs. Além disso, indica que a linguagem faz parte de um processo muito mais complexo e diversificado, e que o que nos permite conceber todos estes processos como linguagem ou parte dela, não é, por exemplo, uma característica comum, mas uma série de parentescos que ora estão presentes, ora estão ausentes.

E isso é verdade. Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra (*IF*. §65).

Este é o mote para a noção de *semelhanças de família* ser apresentada como o núcleo da contraposição que caracterizará os §§65-88, e na medida em que a insinuação do interlocutor é corroborada,<sup>11</sup> a questão vai ganhando novas dimensões e levam Wittgenstein a desdobrar este aspecto como um dos elementos centrais de sua perspectiva madura. Visto por esse ângulo, o parágrafo 65 poderia ser considerado uma espécie de “introdução” à oposição de Wittgenstein e síntese de uma perspectiva diametralmente oposta à abordagem tradicional da linguagem. O texto, portanto, carrega alguns dos principais elementos que serão desdobrados adiante.

A primeira característica do parágrafo a ser sublinhada é a de suspensão do compasso das investigações trilhadas até o §64, constatando uma “grande questão” por trás de todo o percurso e relacionando isto com a ideia de que o significado e uso de um conceito devem ser precedidos por sua exata explicitação. Desde o início essa característica se atrela à busca pela natureza da linguagem, também ressaltada no texto como o que outrora havia provocado no próprio Wittgenstein grandes dores de cabeça, justamente por ter sido considerado naquele contexto um procedimento filosófico fundamental e por isso mesmo indispensável.

A interjeição pondera que o direcionamento das reflexões empreendidas até ali deveria levar este fato em consideração, isto é, deveria adotar o pressuposto de que investigar a essência da linguagem é algo preponderante em todo trabalho filosófico que se considera sério, não podendo ser assim tão subestimado, por isso a força da exclamação: “Você simplifica tudo!” (*IF* §65). É como se o interlocutor imputasse uma espécie de leviandade ao modo como o tema vem sendo tratado, uma vez que até o §64 Wittgenstein

---

<sup>11</sup> Veja p.e. a expressão “E isso é verdade”.

faz uso de uma série de *jogos de linguagem*, mas em nenhum momento explicita o que é essencial do jogo e, conseqüentemente, da própria linguagem.

Com isso o texto evidencia que um dos principais elementos discutidos entre os §§1-64 é o próprio tratamento dado à significação das palavras ou conceitos, problematizado a partir da concepção agostiniana. Como contraposição aos pressupostos presentes nesta visão particular, Wittgenstein desenvolve os *jogos de linguagem*<sup>12</sup> como modelos criados para chamar a nossa atenção. Em relação ao que propõe a citação de Agostinho, os jogos de linguagem servem, por exemplo, para problematizar a concepção de que a significação nos remete a um objeto físico e mental, pois, conforme o §1, “onde e como procurar a palavra ‘vermelho’, e o que fazer com a palavra “cinco”?” (§1).<sup>13</sup>

Mas ainda que este seja um elemento fundamental para legitimar o uso dos jogos de linguagem, é preciso dizer também que eles são mais do que um conjunto de histórias capazes de problematizar a suposição de que há referências para todas as palavras, como no caso colocado pelo §1. Como comenta Stern, os jogos de linguagem possuem a grande vantagem de colocar certos pressupostos às claras e, nesse sentido, eles:

Servem como uma espécie de pantomima comportamental, uma apresentação em um palco público daqueles processos mentais que os filósofos com frequência consideraram que devem estar subjacentes à nossa atuação pública: relacionar a palavra “vermelho” com uma imagem mental da cor vermelha, relacionar nomes de numerais com procedimentos imaginários de contagem. Quando estes processos são apresentados como procedimentos públicos, eles parecem bastante sem vida (2012. p.137).

A partir do §65 a contraposição proposta por Wittgenstein enfatizará cada vez mais esse aspecto, ou seja, irá insistir que a consideração dos vários *jogos de linguagem* apresentados não deve ser conduzida pela suposição de que existe algo oculto, como a ideia de essência ou algo comum, subjacente ao nosso uso da linguagem. É exatamente em

---

<sup>12</sup> A noção de jogos de linguagem também será discutida no próximo capítulo. De todo modo, adiantamos aqui um pouco dessa concepção e o papel central que ela desempenha na contraposição apresentada por Wittgenstein.

<sup>13</sup> Notemos, por exemplo, o primeiro jogo de linguagem: “Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontram-se o signo “maçãs”; depois, procura numa tabela a palavra “vermelho” e encontra na frente desta um modelo da cor; a seguir, enuncia a série dos números cardinais – suponho que a saiba de cor – até a palavra cinco” e para cada numeral tira da caixa uma maçã da cor do modelo” (IF§1).

relação a isto que a noção de *semelhanças de família* é apresentada. A diferença é que, se comparado com os diálogos precedentes, o §65 é mais direto e exige que as “cartas” sejam colocadas na mesa, que Wittgenstein de fato se posicione em relação ao que ele pretende com a exposição dos *jogos de linguagem*.

De certo modo, é como se este parágrafo em particular estivesse indicando um problema que embora atrelado às discussões anteriores, merecesse um tratamento à parte, sobretudo porque delimita o caminho alternativo trilhado por Wittgenstein, marcando o seu reposicionamento em relação aos pressupostos subjacentes à ideia de significação apresentados desde o início do debate.

De imediato, o trecho nos apresenta a objeção do §65 como uma questão fundamental para que as discussões subsequentes possam transcorrer da maneira adequada. Ela abre o debate sobre como delimitar e conceber um conceito e parte, sobretudo, de três elementos principais: i) a ideia de essência da linguagem, ii) o que há de comum entre os fenômenos que chamamos de linguagem e, iii) a forma geral da proposição e da linguagem.

O interlocutor realmente se incomoda com a forma como Wittgenstein procede, pois é como se ele simplesmente negligenciasse o que poderia ser capaz de conferir alguma unidade ou delimitação na investigação de conceitos que aparecem desde o início do texto, como “jogo” e “linguagem”, por exemplo. Para Wittgenstein, por sua vez, isto que parece uma oposição às suas ideias é na verdade o que lhe permite confirmar a falta de apreço por uma perspectiva que situou as palavras em um tipo de “superfície escorregadia”, distante demais dos “atritos” de nosso cotidiano (cf. *IF* §107).

Apesar de ter se colocado em outro contexto como um daqueles que mais contribuíram para que isso se desenvolvesse, basta perceber o lugar e a importância que o *Tractatus* e a sua referida “forma geral da proposição” ocupam na filosofia do século XX, Wittgenstein agora simplesmente dispensa este que parece ser um *locus* comum da tradição – e o modo como se porta diante da objeção parece sinalizar nessa direção, pois embora a pergunta seja reconstruída de vários modos, ele não fornece respostas alternativas a cada uma delas, como se pretendesse substituir um argumento por outro melhor.

Na verdade, o problema é simplesmente abandonado, pois os pressupostos que o levam a ser formulado, como por exemplo a ideia de significação segundo o modelo de representação, presente na concepção de Agostinho ou mesmo no *Tractatus*, não são tomados como anteparo necessário para o uso da linguagem. É, portanto, nesse sentido que

as considerações feitas a partir da noção de semelhanças de família caminham cada vez mais para a explicitação do uso por ele mesmo, e não para uma espécie de formulação “teórica”.

Da mesma forma, embora autores como Frege e Ramsey, por exemplo, sejam citados entre os §§65-88, a ideia de que há algo subjacente a essas perspectivas ainda parece ser a principal característica desse recorte, como se o reposicionamento de Wittgenstein em relação à questão impusesse ao seu interlocutor ter que admitir que o que ele apresenta, ao invés de comprometer apenas alguns andares, é capaz de abalar a estrutura de todo o edifício construído a partir desses pressupostos.<sup>14</sup>

A contraposição de Wittgenstein à ideia de que a *essência* ou *algo comum* são indispensáveis para que fenômenos como jogos ou linguagem tenham alguma unidade, como se fosse em virtude disso que empregamos para todos a mesma palavra, faz com que o típico exercício que perpassa quase toda a história da filosofia e se caracteriza pela exigência de trabalharmos com o conceito a partir de algo que defina claramente os seus limites seja simplesmente abandonado:

Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra (*IF* §65).

Sua resposta a essa exigência é rigorosamente direta, afirmando que não há nada comum a esses fenômenos, ao menos não nos termos desejados por seu interlocutor. A linguagem é diversa e se usamos para todos os fenômenos que a compõe uma mesma palavra é apenas porque são *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes, e nada mais. Por causa de seu parentesco, ou parentescos, chamamos a todos de “linguagem”, mas não há nada que nos permita conceber a unidade ou delimitação precisa como algo necessário.

Se o §65 começa exigindo que Wittgenstein seja franco em relação ao modo como ele procede, isto é, qual o objetivo de expor vários *jogos de linguagem* sem explicitar a sua essência ou que há de comum entre eles, o §66 e §67b ataca diretamente o pressuposto de

---

<sup>14</sup> Por isso mesmo, as objeções que serão levantadas contra Wittgenstein podem ser vistas como a tentativa de manutenção do que dá sustentação a este edifício.

que há uma exigência a ser cumprida antes de empregarmos a todos a mesma palavra. Wittgenstein, então, pede ao seu interlocutor para que ele considere os processos que chamamos de “jogos”, referindo-se aos jogos de tabuleiro, de carta, de bola etc. Feito isso, é como se o texto apontasse dois modos antagônicos de abordar a questão.

O primeiro modo é aquele adotado pelo próprio interlocutor, e diz respeito ao pressuposto que ele carrega quando declara no começo do §65 que ao se enumerar os elementos que caem sob um conceito devemos especificar a sua essência ou o que é comum a todos eles; o segundo, posto por Wittgenstein, segue esse mesmo mote, mas expõe os exemplos e afirma que apesar de todos serem partes de um conceito não há uma essência ou algo comum que justifique isto.

Apenas para ilustrar a questão, poderíamos nos remeter à tradição grega e dizer que no caso de um diálogo platônico, por exemplo, a maneira como Wittgenstein procede causaria a típica, e quase maldosa, ironia socrática, quando este recebe como resposta não a coisa em si, mas uma série de casos: “És muito generoso, amigo, e extremamente liberal; pedem-te um, e dás um bando; em vez de algo simples, tamanha variedade” (PLATÃO. 2001. *Teeteto*-146d). Enumerar casos exemplares é algo que simplesmente impede que o diálogo prossiga e por isso Sócrates é sempre tão incisivo. Para Wittgenstein, no entanto, a pressuposição socrática não precisa ser considerada um imperativo:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: “algo deve ser comum a eles senão não se chamariam ‘jogos’” – mas veja se algo é comum a eles todos (*IF* §66).

A exposição de vários tipos de jogos e com eles a pergunta por aquilo que poderia ser considerado comum seria apenas um modo de atenuar a ânsia do interlocutor – ou mesmo a nossa precipitação habitual – de tomar como necessária essa procura, “pois se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles” (*IF* §66).

A existência de um elemento capaz de oferecer plena unidade aos conceitos, embora seja um pressuposto caro à tradição, ainda assim é um pressuposto e não algo decorrente de nossa investigação sobre a natureza da linguagem, e isto acaba se tornando um dos aspectos mais decisivos para a compreensão da perspectiva de Wittgenstein neste momento, não sendo poucos os que afirmam que a transição entre a sua primeira filosofia e o que é

apresentado nas *Investigações* deve ser compreendida a partir desse ponto. Monk, por exemplo, observa que o próprio desenvolvimento do método dos *jogos de linguagem* seria um reflexo desta constatação, pois agora o filósofo de fato assumiu a posição de quem “não tem nada a *dizer*, mas apenas a *mostrar*” (1995. p.275).

Apesar de Wittgenstein ser categórico quanto a isto desde o início da apresentação de sua contraposição, estes elementos não são facilmente aceitos por seu interlocutor, daí a discussão se detalhar um pouco mais nos parágrafos que se seguem, fazendo com que a oposição contra a noção de *semelhanças de família* seja cada vez mais desenvolvida.

Já no §67, em que pela primeira vez aparece a expressão *semelhanças de família*<sup>15</sup>, o interlocutor, por não se convencer com o que lhe foi apresentado, começa a se posicionar em relação a essa perspectiva de maneira mais pontual, apresentando algumas objeções a esse modo de tratar a questão.

A primeira crítica direcionada a noção de *semelhanças de família* parte da desconfiança de que mesmo que essa ideia fosse aceita, ainda assim ela apresentaria uma propriedade comum, qual seja, capacidade de realizar certa disjunção entre os elementos que compõem o conceito. A isto Wittgenstein responde:

Quando porém alguém quisesse dizer: “Assim pois todas essas figuras têm algo em comum – a saber, a disjunção de todas as suas características comuns” – então eu responderia: aqui você está apenas jogando com uma palavra. Da mesma forma, poder-se-ia dizer: algo percorre inteiramente o fio [fibras torcidas entre si] – a saber, o trançado sem lacunas dessas fibras (*IF* §67c).

A hipótese é rapidamente refutada porque soa como um simples jogo com a palavra “comum”, fruto de sua má compreensão. Para Wittgenstein, se existe uma característica comum ela não deve ser concebida como oculta, e tão pouco a disjunção deveria ser vista como explicitando alguma coisa subjacente.

O que de fato parece interessante neste ponto é que o exemplo do termo geral “jogo”, apresentado nos §§65-66, é substituído a partir do §67b-c e §68 pelo conceito de

---

<sup>15</sup> Essa expressão é sacada por Wittgenstein como a melhor forma de caracterizar a rede complicada de *semelhanças e relações* que visualizamos entre os jogos apresentados ou entre qualquer conceito. Como em uma família, em que as *semelhanças* entre seus membros se envolvem e se cruzam, podemos paralelamente tomar os processos que chamamos de *jogos* e dizer que suas *semelhanças* os tornam uma família.

“número”. Assim, o debate é transposto para o terreno controlado da matemática, que por sua vez, supostamente permitiria ao interlocutor contrapor-se à apresentação geral da noção de *semelhanças de família* através da ideia de necessidade de uma delimitação precisa daquilo que cai sob o conceito.

Para o interlocutor, esta é uma brecha para ele levantar a hipótese de que os conceitos podem ser compreendidos como que formando uma “família” através de espécies particulares. Assim, da mesma forma que o conceito de número é formado por conceitos isolados, como número cardinal, racional, real etc., os demais conceitos poderiam ser explicados como a soma lógica de subconceitos. Seria possível estender este princípio ao conceito de jogo ou a qualquer outro, e então concluir que todos se formam a partir de conceitos parciais que, conseqüentemente, possuem limites bem determinados (*IF* §68). Para Wittgenstein, a questão é ainda mais profunda:

Pois *posso* dar ao conceito ‘número’ limites firmes, isto é, usar a palavra “número” para a designação de um conceito firmemente delimitado, mas posso usá-lo também de tal modo que a extensão do conceito *não* seja fechada por um limite (*IF* §68).

O pressuposto de que a definição conceitual deve ocorrer a partir da delimitação precisa de todos os atributos de um conceito torna-se problemática quando vista como *necessária*. Ainda que seja possível subscrever alguns elementos, como no caso do “número”, por exemplo, em última instância não conhecemos os seus limites. Baker e Hacker, ao comentar essa passagem explicam que de fato a lista de subconceitos até poderia determinar o que se enquadra sob o conceito, como o que designamos como “número”, mas a questão é que não é assim que o *usamos*:

*Mathematicians have from time to time introduced new kinds of entities (e.g. quaternions) which were subsumed under the concept of number though distinct from any previously recognized sub-concept* (BAKER; HACKER. 2005. p.157).

A ideia de que a rígida delimitação circunscreveria a correta aplicação de um conceito – no caso de “número”, determinando uma série de aplicações já previstas –, embora possa ser feita, não condiz com o modo como eles de fato são usados, pois podemos aplicá-los de um jeito em que não estejam fechados desse modo.

Este ponto é particularmente importante, pois, conforme assinala Stern (2012), algumas interpretações concluíram rápido demais que o argumento de Wittgenstein busca

apenas oferecer contra-exemplos a uma teoria simplista. Na verdade, parece que “o objetivo maior é nos levar a ver como é equivocado procurar por uma teoria do significado ou por uma explicação sistemática do significado” (2012. p.174).

O núcleo da questão é a ideia de que para que um conceito possa ser usado adequadamente ele deve ser precedido por regras que o delimitam e determinam o seu sentido. O exemplo de como habitualmente empregamos a palavra “jogo”, mostrando que ele não está totalmente fechado, que não podemos indicar os seus limites, servem para ressaltar o fato de que:

A questão não é a imprecisão, o caráter difuso ou a porosidade de nossos conceitos, pois podemos, certamente, oferecer definições rigorosas de número, mas, antes, se alguma definição pode determinar como um termo é usado, pois toda definição de número é apenas uma definição de um tipo particular de número (STERN. 2012. p.175).

Wittgenstein irá insistir neste ponto, ou seja, dirá que é bem provável que para alguma finalidade específica um limite seja traçado, mas isso não torna o conceito útil apenas *a partir* desta ação, não anulamos a sua utilidade quando não o fazemos, pois há situações em que essa determinação sequer se efetiva.

O que é ainda um jogo e o que não o é mais? Você pode indicar os limites? Não. Você pode *traçar* alguns: pois ainda não foi traçado nenhum. (Mas isto nunca o perturbou, quando você empregou a palavra “jogo”) (IF §68).

A serenidade com que essas ideias são apresentadas, porém, não se repercute na voz do interlocutor, que ao contrário manifesta grande perturbação, questionando se seria possível participar de um jogo sem regras claramente definidas ou se poderíamos empregar uma palavra sem saber até onde vai o seu limite. Para ele, proceder dessa forma é como inutilizar o conceito.

Segundo Wittgenstein, não é que esse “jogo” se encontre desprovido de regras, mas sim que sua prática não se fundamenta *necessariamente* em regras. Da mesma forma, não existem regras prevendo todas as ações desse jogo, e quando explicamos a alguém o significado de um conceito, esta elucidação não se prende a nada além da explicitação do uso que fazemos do termo em questão.

Em um trecho ainda de transição, mas já bastante próximo da perspectiva das *Investigações*, Wittgenstein indica algo sobre esse ponto da seguinte forma:

Não só não pensamos nas regras de uso – nas definições etc. – quando utilizamos a linguagem, como também não somos capazes de, na maior parte dos casos, fornecer essas regras quando isso nos é pedido. Somos claramente incapazes de circunscrever os conceitos que utilizamos; não porque desconhecemos a sua verdadeira definição, mas porque não existe qualquer ‘definição’ (WITTGENSTEIN. 1992. p.58).

De maneira similar, as *Investigações* também se estruturam opondo-se às definições em um sentido universal, deslocadas de um contexto particular. Sua perspectiva se volta para um uso que tanto prescindem do conhecimento de regras que o determine, quanto da capacidade de delimitarmos todos os usos que faremos através de uma regra que prescreva todas as situações.

A indicação dessa proposta, porém, é feita gradualmente e em contraponto aos pressupostos presentes na fala do interlocutor – que por sua vez institui um diálogo mais amplo com uma “imagem da linguagem” que de longa data constitui boa parte da tradição. Stern, fazendo um comentário às passagens em que Wittgenstein dizia que Sócrates se preocupava com este mesmo aspecto<sup>16</sup> conceitual, propõe que muito da filosofia tardia de Wittgenstein é um tipo de defesa dos interlocutores de Sócrates.

A postura filosófica de Wittgenstein em seu período “tardio” é caracterizada desse modo porque para Sócrates o uso adequado de um conceito deveria ser sempre precedido pela apreensão de sua essência. Em sua réplica à Teeteto, quando este lhe fornece alguns casos particulares como resposta à sua pergunta, Sócrates diz:

Mas o que te perguntei, Teeteto, não foi isso: do que é que há conhecimento, nem quantos conhecimentos particulares pode haver; minha pergunta não visava a enumerá-los um por um; o que desejo

---

<sup>16</sup> Para Stern, “Nós podemos ver muito da filosofia tardia de Wittgenstein como uma defesa ampliada da resposta inicial de Teeteto – o melhor que podemos fazer ao responder questões a respeito da essência de uma palavra como “conhecimento” é apresentar exemplos, com o objetivo de mostrar que Sócrates está dizendo contrários, e assim “trazer as palavras de volta de seu uso metafísico para seu uso cotidiano” (§116)”. (STERN. 2012. p.40). Também neste mesmo sentido, em *O Livro Azul* Wittgenstein escreve que: Deveríamos responder (a Sócrates): “Não existe um uso rigoroso único da palavra ‘conhecimento’; mas podemos produzir vários usos semelhantes, que concordarão mais ou menos com as maneiras como a palavra é realmente utilizada” (1992. p.60).

saber é o que seja o conhecimento em si mesmo. Será que não me explico bem? (PLATÃO. *Teeteto*. 146d).

Dessa forma, o fato de Wittgenstein se colocar como um interlocutor de Sócrates significa que ao contrário de aceitar os seus pressupostos, que inclusive é o que garante aos diálogos platônicos prosseguirem, ele simplesmente recusa a pergunta, pois, como havia escrito em uma passagem de *O Livro Azul*:

Quando Sócrates faz a pergunta “O que é o conhecimento?” ele nem sequer considera como uma resposta *preliminar* a enumeração de casos de conhecimento (1992. p.51).

E mais adiante,

Tal como o problema é posto, parece haver algo de errado com o uso comum da palavra “conhecimento”. Parece que não sabemos o que ela significa e que, por consequência, não temos, possivelmente, o direito de a utilizar (1992. p.60).

O percurso trilhado nas *Investigações* segue este mesmo rastro, isto é, de um lado o interlocutor continua sendo um ávido defensor da delimitação conceitual e, de outro, Wittgenstein apresentando o uso de exemplos como forma de trazer as palavras de volta de seu uso metafísico para o nosso uso cotidiano (*IF* §116).

Segundo Stern, o que Wittgenstein propõe é mostrar “o óbvio como uma forma de nos livrar da ilusão da crença de que podemos formular teorias filosóficas do significado, do conhecimento, da linguagem ou da ciência” (STERN. 2012. p.39). Quando perguntados, por exemplo, sobre a possibilidade de explicarmos a alguém o que é um jogo (*IF* §69), tal como Teeteto, diria Wittgenstein, podemos formular uma resposta nos remetendo à prática. Assim,

Creio que lhes descreveríamos *jogos*, e poderíamos acrescentar à descrição: “isto e outras coisas semelhantes chamamos de ‘jogo’” (*IF* §69).

Para Wittgenstein, tal qual a ideia de essência, o ideal de exatidão estabelecido por seu interlocutor não é um pressuposto necessário, e sua ausência também não nos torna inaptos em relação ao uso que fazemos com as palavras:

Se eu der a descrição: “o solo estava inteiramente coberto de plantas”, – você dirá que eu não sei do que falo enquanto eu não puder dar uma definição de planta? Uma explicação daquilo que eu

quero dizer seria talvez um desenho e as palavras “O solo tinha mais ou menos esta aparência”. Eu diria talvez: “Ele tinha *exatamente* esta aparência”. – Pois bem, estavam lá exatamente *esta* grama e *estas* folhas, nesta posição? Não, não é assim. E *neste* sentido eu não identificaria nenhuma imagem como sendo a exata (*IF* §70).

Mais uma vez, não seria um total disparate notar como os §§70-71 também dialogam com parte de uma herança filosófica interpenetrada por certa concepção de linguagem. Podemos, por exemplo, dizer que as discussões travadas a partir do §68 – que passam inclusive por um debate sobre as raízes platônicas ali presentes (Cf. BAKER; HACKER. 2005) –, conduzem às considerações de Frege, para quem a função das regras na explicitação de um conceito é tão fundamental que ele sequer poderia ser considerado um conceito se não estivesse claramente delimitado.

A apreensão de essências, como em Platão, é dispensada, mas o pressuposto de que devemos conferir limites claros ao conceito se quisermos torná-lo útil ainda é fundamental, pois para Frege os conceitos podem ser comparados a um “distrito” e, como diz Wittgenstein comentando essa ideia:

Não se poderia absolutamente chamar de distrito um distrito vagamente delimitado. Isto é, nada podemos fazer com ele (*IF* §71).

Como demonstra o §71, porém, quem exige uma definição precisa e a vê como pré-condição ao seu uso não percebe que a imprecisão é tão útil quanto a “exatidão”, que dizer: “Pare mais ou menos aqui”, também *indica* algo perfeitamente compreensível:

E exatamente assim explica-se o que é um jogo. Dão-se exemplos e quer-se que eles sejam compreendidos num certo sentido (*IF* §71).

Embora distintas, as duas perspectivas serão recusadas por Wittgenstein. De um lado, a afirmação de que se eu não conheço aquilo que é essencial de um conceito não sei realmente do que estou falando e não posso usá-lo corretamente, e, de outro, a declaração de que se não há limites sequer posso concebê-lo conceitualmente.

No caso da primeira postura, isto é, da busca pela essência da linguagem, de imediato os primeiros parágrafos do trecho 65-88 são claros em rejeitar essa forma de conceber a linguagem. A apresentação dos *jogos de linguagem* e da noção de *semelhanças de família* são contrapontos à perguntas do tipo “O que é a linguagem?” e ao pressuposto de que sua resposta deve ser oferecida em termos de condições suficientes e necessárias. Como comenta Stern, porém,

Entretanto, pode-se rejeitar essas concepções socrática e tractariana da natureza da linguagem, e ainda afirmar que a linguagem tem uma natureza, mas que ela é bem mais complexa do que Sócrates, ou o autor do *Tractatus*, esperavam. Pois tudo aquilo que o narrador de fato diz que abandonou neste ponto é a ideia de que há algo comum a tudo aquilo que recebe a rubrica de linguagem. Ele agora afirma que “estes fenômenos não têm nada em comum que nos faz usar a mesma palavra para todos” (§65b) e, em vez disso, propõe que pensemos neles como relacionados uns com os outros de várias maneiras diferentes. (STERN. 2012. p.171).

Nesse sentido, é possível dizer que a discussão sobre a delimitação conceitual – que constitui a segunda postura citada logo acima – além de apresentada e debatida nos §§70-71, envolve uma concepção ainda mais complexa do modelo de linguagem contraposto por Wittgenstein. Por isso ela é retomada nos §§75-80, com a ressalva de que ali Wittgenstein também estabelece um debate sobre uma concepção de regras presente nos seus trabalhos intermediários e que, grosso modo, está diretamente ligado à discussão que se segue entre os §§81-88. Apresentamos a seguir um panorama geral dessa reconsideração, apesar de frisarmos que estes pontos também serão tratados no terceiro capítulo.

### 1.1.1 Sobre o limite rígido do conceito

Ao conceber a linguagem como algo muito mais amplo e diversificado do que pressupunha o seu interlocutor, Wittgenstein basicamente apresenta o mote para as discussões entre duas perspectivas. Por um lado, uma visão na qual a significação deve necessariamente contemplar certos pressupostos (essência, algo comum, forma geral da proposição etc.); por outro, assinala também uma “ausência”, distinguindo o que compõe o conceito por meio de semelhanças ou dessemelhanças que ora estão presentes, ora ausentes.

A essa última caracterização serão levantadas uma série de problemas, entre os quais, o desdobramento da falta de limites para o conceito, algo que na verdade começa a surgir desde o §68, onde podemos notar o espanto do interlocutor ao cogitar a possibilidade de o uso conceitual não ser precedido por uma especificação de sua forma correta de aplicação, como se o usássemos sem nenhuma regra:

Mas então o emprego das palavras não está regulamentado; o ‘jogo’ que jogamos com ela não está regulamentado (*IF* §68).

Para o interlocutor, se o que nos resta ao tentar explicar o significado de um conceito é expor exemplos, isto traz uma dificuldade básica que é a de não reconhecermos os limites do que estamos tentando explicar. O problema é que para ele, seguindo o ponto de vista fregeano, um conceito impreciso sequer pode ser chamado de conceito (Cf. *IF* §§70-71).

Entre os §§72-74, Wittgenstein tenta sanar essa dificuldade considerando a proposta de que a significação de um termo pode dispor de exemplos a fim de criar uma imagem ou modelo mental que se mostra como uma representação de termos gerais, capazes de determinar com maior precisão o uso dos conceitos. Como veremos no próximo capítulo, Wittgenstein imediatamente rechaça essa ideia apresentando como crítica a concepção de que essas representações podem ser interpretadas de várias maneiras e, portanto, também estão diretamente implicadas como a forma como usamos as palavras ou conceitos.

A partir do §75, soma-se a estas críticas uma nova abordagem sobre a necessidade da precisão dos limites do conceito:

Se alguém estabelecesse um limite rígido, não poderia reconhecê-lo como sendo aquele que eu sempre desejara estabelecer ou havia estabelecido mentalmente. Pois eu não queria estabelecer nenhum. Poder-se-ia então dizer: seu conceito não é o mesmo que o meu, mas aparentado com ele. E o parentesco é o mesmo que o de duas figuras, das quais uma consiste de manchas de cor fracamente delimitadas e outra de manchas de cor com forma e distribuição semelhantes, mas rigidamente delimitadas. A afinidade é tão inegável quanto a diferença (*IF* §76).

A questão fundamental, assim como aquela que o interlocutor apontou no §68, é que quando citamos exemplos de jogos a fim de construirmos de maneira análoga a definição de um termo, vemos que os traços usados para explicitá-lo não são rigorosamente definidos e, por isso não sabemos qual o seu limite.

Consideremos, por exemplo, o nome “Moisés”, será que o seu uso é “sólido e sem equívoco em todos os casos possíveis?” (*IF* §79). Se ele foi ou não um homem que quando era criança foi retirado do Nilo pela filha do faraó ou se previu a sua própria morte, ou qualquer outra coisa assim, nada disso realmente irá definir com rigidez absoluta o seu significado.

E isto pode ser assim expresso: utilizo o nome “N” sem uma significação *rígida*. (Mas isto prejudica tão pouco o seu uso quanto o uso de uma mesa estaria prejudicada pelo fato de ela repousar sobre quatro pernas e não sobre três, e que por isso, em certos casos, trepida.)

Deve-se dizer que eu uso uma palavra cuja significação não conheço, e que digo, pois, um absurdo? – Diga o que quiser dizer, contanto que isto não o impeça de ver o que ocorre. (E quando você ver isto, deixará de dizer muitas coisas.) (IF §79)

Através dos *jogos de linguagem* o ideal de exatidão, de fato, deixa de ser primordial para o entendimento e uso de um conceito, mas acima de tudo, o que o exemplo de Moisés assegura é que ainda há regras determinando que os elementos que caem sob o conceito se relacionam entre si de muitos modos diferentes, elas apenas não são tão fixas assim. Para usar a expressão de Baker e Hacker:

*The rules for the use of our words do not budget for every conceivable eventuality* (BAKER; HACKER. p.179).

Segundo Stern, isto expõe de forma peculiar como os trabalhos de Wittgenstein no começo da década de 1930, apesar de examinar com cuidado o *uso* das palavras e rejeitar abordagens sistemáticas para compreender a linguagem, ainda admite um sistema de regras, o que levará Wittgenstein, por exemplo, a traçar um paralelo entre o uso da linguagem e o cálculo.<sup>17</sup> Para Stern:

Não há, por certo, uma distinção clara entre a noção de um “cálculo”, um sistema formal de regras e um “jogo de linguagem” no trabalho de Wittgenstein do início dos anos 30, e, a princípio, as duas expressões eram usadas de formas intercambiáveis (2012. p.140).

Essa distinção muda quando Wittgenstein começa a escrever a primeira parte das *Investigações*, contrastando as duas coisas de maneira mais precisa. Os parágrafos 75-80 preparam essa discussão, em particular, relacionando-se com aquilo que será tratado nos §§81-88, onde Wittgenstein explicitamente assegura que:

Em filosofia nós frequentemente comparamos o uso das palavras com jogos, com cálculos com regras fixas, mas não podemos dizer que quem usa a linguagem deve jogar tal jogo (IF§81).

---

<sup>17</sup> Veremos este ponto com maior atenção em nosso terceiro capítulo.

De todo modo, é importante caracterizar que os §§75-80 já começam a enfatizar o papel que as palavras desempenham em certas atividades linguísticas, onde a analogia com os jogos se mostra fundamental, na medida em que nos permite perceber a linguagem como uma atividade muito mais complexa, envolvendo a ação e a reação a certos sinais.

O ponto é que essa também é razão para o interlocutor ainda insistir em ressaltar a necessidade de algo que especifique o uso correto das palavras nestes “jogos”, ou, dito de outra forma, o lugar que as regras ocupam circunscrevendo o modo como uma expressão ou conceito deve ser usado. Os §§81-88 são, por assim dizer, uma parte fundamental da discussão, mostrando que a própria ideia de seguir uma regra pode ser problematizada. Assim, somente depois da discussão desses parágrafos é que de fato a concepção de significado passará a se atrelar à observação de uma prática.

## CAPÍTULO 2

# SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA, ALGO COMUM E PROCESSOS MENTAIS

Um dos principais objetivos do primeiro capítulo dessa pesquisa foi o de tentar mostrar que a noção de *semelhanças de família*, apresentada particularmente no início do §65, coloca em questão ao menos duas posturas diante do trabalho conceitual, e que elas passam a se contrapor longamente nos trechos que se seguem.

Assim, por um lado, teríamos Wittgenstein expondo uma série de jogos de linguagem sem, contudo, pressupor que o seu uso deve ser precedido pela apreensão de algo que apesar de oculto fundamenta a linguagem, como a ideia de essência ou algo comum. Como contrapartida, vemos o interlocutor de Wittgenstein se posicionando de maneira completamente oposta e reformulando uma série de objeções a esse procedimento.

Para este último, explicitar a essência da linguagem – investigando, por exemplo, o conceito de “jogos” e caracterizando o que coisas tão diversas possuem em comum, é fundamental para que a nossa análise da linguagem não seja a mera simplificação de um trabalho muito mais árduo (*IF* §65), sobretudo porque é a investigação desses elementos que de fato precisa o conceito e nos permite usá-lo adequadamente.

Segundo a nossa leitura da apresentação geral da ideia de *semelhanças de família*, diante do pressuposto de que o uso da linguagem deve ser precedido por elementos como os

que foram referidos acima, o ângulo de visão de Wittgenstein se caracterizará por meio de um convite à apreciação da maneira como a linguagem de fato é utilizada. Ao fazermos isso, o máximo que poderemos notar é, dentro de um contexto específico, o diversificado parentesco que os elementos que caem sob o conceito possuem uns com os outros (*IF* §65), o que torna, neste sentido, o seu emprego adequado independente de pressupostos como a ideia de essência ou algo comum:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, de torneios esportivos etc. o que é comum a todos eles? Não diga: “Algo deve ser comum”, - mas *veja* se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja! (*IF* §66).

O exemplo se desdobra com a apresentação de uma série de jogos, todos com uma série de características que podem ou não ser compartilhadas, “e assim podemos percorrer muitos, muitos outros grupos de jogos e ver semelhanças surgirem e desaparecerem” (*IF* §66). O fundamental é que a relação dos elementos que caem sob o conceito não é distinguida por meio da explicitação de uma única característica que os atravesse, mas por certa relação de “parentesco”, onde alguns traços podem ou não ser comuns entre os seus membros.

*Semelhança de família*, sob esta ótica, surge apenas como o termo mais propício para designar esse processo, sustentando uma perspectiva sobre a “definição” conceitual que não se restringe a um modelo de análise segundo o qual podemos formular questões como “o que é a linguagem?” ou “o que é um jogo?”, e investigar qual resposta traz as condições suficientes e necessárias da definição destes termos.

Este parece ser o viés pelo qual Glock (1996), por exemplo, analisa o embate de concepções presentes nos diálogos das *Investigações*, mostrando que a rejeição a um procedimento de análise como esse é uma forma de o texto revelar a contraposição entre a perspectiva de Wittgenstein e propostas que se fundamentam no modelo agostiniano de linguagem, discutido desde o início das *Investigações*. Para ser mais pontual, Glock considera que entre estas “propostas” se encontram, por exemplo, algumas concepções de

Frege<sup>18</sup>, para quem o significado real de uma palavra se distingue do significado que atribuímos em nossas explicações.<sup>19</sup> Ainda conforme Glock, o crucial, porém, é perceber que Frege na verdade apenas desenvolve algo já bastante acolhido pela tradição desde Platão:

*Since Plato it has been assumed that the only adequate or legitimate explanation of a term is an analytic definition, which analyses it into a conjunction of characteristic marks, preferable per genus et differentiam. Thus, Frege treats definition as logical analysis into 'marks' (Merkmale) which together make up the definiendum (GLOCK. 1996. p.113).*

Na realidade, tanto o procedimento platônico quanto a suposição fregeana seriam exemplos de algo mais amplo e criticado nas *Investigações*<sup>20</sup>. O que fica evidente, porém, é que a apresentação das *semelhanças de família*, colocada de maneira ainda mais explícita entre os §§65-66, envolve desde o princípio um movimento de reformulação do próprio pensamento de Wittgenstein, que a partir do começo da década de 1930 *começa* a se modificar mais fortemente.

Como o recorte dos §§65-88 faz parte de uma primeira versão das *Investigações*, pronta desde 1936, aqui a noção de *semelhanças de família* já indica uma marca profunda

---

<sup>18</sup> Glock faz algumas distinções entre o pensamento de Frege e o modelo agostiniano da linguagem dizendo que: *"The platonist idea that meanings are not private ideas but abstract entities beyond space and time is prominent in Bolzano, Meinong and Frege. Frege diverges from the Augustinian picture in three respects. Firstly, he sharply distinguishes between "proper names" ("the morning star"), and concept-words ("is a planet"). Secondly, according to Frege's "context-principle" a word has a meaning only in the context of a sentence (Foundations §§60-2, 106). This overcomes the semantic atomism of claim (a): a sentence can be meaningful without every individual word's being associated with a material or mental entity. That numerals have a meaning (which is an abstract object) is evident from the contribution they make to the truth-values of sentences in which they occur. Thirdly, Frege distinguishes between the sense (Sinn) and the meaning (Bedeutung) of expressions, i.e. their referent (Sense; Laws I §2). (Glock. 1996. p.43).*

<sup>19</sup> No comentário geral às relações entre o *Tractatus* e o pensamento de Frege, Medina (2002) escreve que, *"Indeed, on Frege's view, thoughts are judgeable contents that can be shared and expressed in language. But, for Frege, what is sharable and expressible is fixed by logic independently of our actual linguistic practices (see, e.g., BLA Preface xv-xvi). For Frege, thoughts do not depend for their existence on any actual language or any actual community of language users; they depend, rather, on a logically perfect language (such as his Begriffsschrift) and the notional community of its users (MEDINA. 2002. p.99).*

<sup>20</sup> Nesse sentido, também está incluso entre os exemplos criticados o próprio *Tractatus*. Não por acaso, a forma geral da proposição é citada pelo interlocutor de Wittgenstein no §65 como um dos elementos fundamentais que ele agora dispensa em sua maneira de proceder. Segundo Medina: *"Frege's view of logic as that which establishes the bounds of conceivability and expressibility bears striking similarities with the Tractarian view. In the Tractatus Wittgenstein argued that logical form determines what is thinkable and expressible in any possible system of representation. In the early 1930s, however, he rejected the idea that there is a single logical structure underlying all symbolisms, an overarching logic that captures the essence of language and thought" (2002. p.100).*

de transformação, consolidando uma grande distância entre a concepção tradicional que o *Tractatus* representava e o que é desenvolvido na filosofia madura de Wittgenstein por meio da explicitação dos jogos de linguagem, usados particularmente nesse contexto como um meio de relacionar a linguagem à vida humana e suas ações efetivas.

No tocante à ideia de significação este é um ponto fundamental, pois traz como implicação a elucidação de determinados termos através de um levantamento de nossas práticas. Conforme as considerações de Stern sobre os jogos de linguagem, com eles Wittgenstein oferece,

Exemplos que nos ajudam a esclarecer casos difíceis olhando com mais cuidado para seus detalhes, comparando-se tanto as similaridades quanto as diferenças entre eles. Wittgenstein não está afirmando que a linguagem não é nada mais que um jogo, ou que podemos mudar nossa linguagem com a mesma facilidade com que mudamos um jogo. Pelo contrário, está defendendo uma comparação cuidadosa entre linguagem e jogos, uma comparação que pode nos ajudar a ver aspectos de nosso uso da linguagem – sua conexão com a ação, sua diversidade e o papel das regras – que são frequentemente obscurecidos por outras abordagens (STERN, 2012. p.143).

Essa forma de proceder, ao contrário de pressupor algo comum para que a compreensão de um termo seja dada, lança luz sobre as névoas que nos envolvem quando, por exemplo, reduzimos a nossa compreensão do significado das palavras a um modelo de análise em termos de busca das condições suficientes e necessárias. Seu objetivo é lembrar-nos “como respondemos ordinariamente a questões do tipo ‘o que é um jogo?’, a saber, apresentando exemplos” (STERN. 2012. p.175). Este é o caso do §66, assim como os §§72-74, que retomam esse procedimento.

Considerando este ponto, Stern mostra que a discussão desdobrada a partir do §§65-66 pode ser mais ampla do que aquilo que tradicionalmente costuma ser atribuído a essas passagens, pois não se trata de oferecer apenas “contra-exemplos simples a definições simples”. O que Wittgenstein realmente se questiona no contexto dos §§66-68 é se uma definição realmente pode “determinar como um termo é usado” (2012. p.175), uma vez que os pressupostos de seu interlocutor nestas passagens sustentam a ideia de que a compreensão de um conceito ou sentença é dada por um conjunto de regras que especificam o seu uso.

Esta concepção, na verdade, representa uma proposta particularmente situada entre os escritos do período intermediário da filosofia de Wittgenstein, marcado pelo seu retorno

à Cambridge a partir de 1929 e pela retomada das ideias presentes no *Tractatus*. Como veremos adiante, neste contexto Wittgenstein ainda concebe a linguagem como um sistema que independe de seu *uso* efetivamente, isto é, ele ainda concebe que o sentido de uma sentença está atrelado às regras que determinam o uso das palavras. Segundo Medina, neste contexto:

*The grammatical rules of a symbolism determine the whole range of possible applications of its signs; and they do so autonomously* (2002. p.100).

Dito isto, podemos notar que há certas nuances no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein que também podem ser caracterizadas através das discussões feitas entre os §§65-88. De certo modo, é como se houvesse uma reelaboração cada vez maior de uma concepção de linguagem que primeiro se fia no modelo agostiniano (como o *Tractatus*), em seguida critica esse modelo referencialista, mas ainda pressupõe a determinação do significado das palavras através de um sistema de regras (período intermediário), e, por fim, se distancia dessa concepção questionando se uma definição realmente pode determinar como um termo é usado, considerando-a não mais isoladamente, mas segundo um contexto próprio (*Investigações*).

Podemos eleger ao menos dois elementos capazes de explicitar isso. O primeiro, colocado a partir da ideia de que existe “algo comum” entre os termos que caem sob o conceito, relaciona o debate em torno da significação conceitual a um processo ou imagem mental, particularmente entre os §§72-74. O segundo elemento, desenvolvido no próximo capítulo desse trabalho, discute o pressuposto de que apesar de o significado estar relacionado ao modo como efetivamente usamos uma expressão, como por exemplo a explicação do conceito de “jogos”, isto ocorre a partir de um sistema de regras estabelecendo o seu uso adequado.

O que este capítulo pretende desenvolver a partir de agora é a explicitação de como o primeiro ponto aparece entre os §§72-74 e quais as suas implicações para o debate sobre a ideia de significação. Começarei apresentando este trecho e comentando a discussão que ele gera sobre os processos mentais a partir de três exemplos imaginados por Wittgenstein. Em seguida, proponho investigar como o tema estabelece uma interlocução com a filosofia de Bertrand Russell, situando neste momento um pouco do desenvolvimento da obra de Wittgenstein e as diferentes formas como ele compreendeu a questão em debate. Por fim,

aponto de que maneira isto tem implicações para a discussão que vem a seguir, envolvendo o debate sobre regras no contexto de determinação do significado.

## 2.1 Ver o algo comum

Para além da apresentação geral da concepção de Wittgenstein, os §§65-66 começam a expor uma série de objeções às *semelhanças de família*. Segundo os comentários de Baker e Hacker, tais críticas caracterizam a conservação de uma atitude mais “ortodoxa” em relação ao trabalho conceitual, circunscrevendo o debate no conjunto de textos que se estende do §§65-88<sup>21</sup> (Cf. BAKER; HACKER. 2005. p.216).

Para os referidos comentadores há pelo menos duas linhas de defesa dessa ortodoxia: uma que parece “aceitar” a crítica de Wittgenstein, mas que na sequência percebe o seu pouco poder de persuasão e, portanto, começa a traçar argumentos contrários; e outra que rejeita a afirmação de que não podemos definir o que é comum a todos os elementos que caem sob um conceito, restando-nos apenas a exposição de exemplos para elucidarmos a sua significação.

Basicamente, a primeira linha de defesa se desenvolve entre o §67c-68b, logo após a apresentação da noção de *semelhanças de família*. Primeiro o interlocutor propõe que há sim uma característica comum, a saber, a disjunção de todas as semelhanças que reúnem os elementos presentes em um conceito, como “jogo”, por exemplo. A isto Wittgenstein responde como um simples jogo com a palavra “comum”:

Quando porém alguém quisesse dizer: “Assim pois todas essas figuras têm algo comum, a saber, a disjunção de todas as suas características comuns” – ‘então eu responderia: aqui você está apenas jogando com uma palavra. Da mesma forma poder-se-ia dizer algo percorre inteiramente o fio –, a saber, o trançado sem lacunas dessas fibras (*IF* §67c).

Na sequência, o interlocutor sugere uma transição para o terreno da matemática e uma comparação com os números, vistos por ele como exemplos de uma definição rigorosa.

---

<sup>21</sup> Conforme Baker e Hacker, “Various strategies in defence of orthodoxy can be deployed. Wittgenstein confronts these in §§65–88” (BAKER; HACKER. 2005. p.216)

Wittgenstein mais uma vez rebate o argumento defendendo que mesmo neste caso, ainda se trata de uma definição particular:

Posso dar ao conceito de “número” limites rígidos, isso é, usar a palavra “número” para a designação de um conceito rigidamente delimitado, mas posso usá-lo também de tal modo que a extensão do conceito não seja fechada por um limite. E assim empregamos a palavra “jogo” (*IF* §68).

Ambos os casos já foram apresentados durante o primeiro capítulo dessa pesquisa, por isso o que eu proponho a partir do tópico seguinte é dedicar maior atenção ao que Baker e Hacker chamam de segunda linha de defesa do trabalho conceitual mais “ortodoxo”. Para os referidos comentadores, apesar de diversificada, esta linha de defesa não dispensa a ideia de que para que um conceito de fato seja considerado como tal é *necessário* determinarmos aquilo que é “comum” entre os elementos que o constitui, fazendo coro à concepção de que é isto que possibilita o seu uso adequadamente.

Minha pretensão é desenvolver este ponto mostrando que a partir do §72 a representação dessa suposição levará, entre outros aspectos, à ideia de que a significação de um conceito através de exemplos de alguma forma é precedida, ou é capaz de gerar, uma operação mental. Conforme o §73:

Se alguém me elucida o nome das cores, apontando para o modelo e dizendo: “esta cor chama-se ‘azul’, esta ‘verde’...” então este caso pode ser comparado, em muitos aspectos, com aquele no qual alguém me põe nas mãos uma tabela na qual figuram as palavras sob os modelos das cores. – Se bem que essa comparação possa induzir a erro de muitos modos. Está-se agora inclinado a estender a comparação: ter compreendido a elucidação significa possuir um conceito do elucidado no espírito, isto é, um modelo ou imagem. Se mostrarem diferentes folhas e me disserem: “Isto chama-se ‘folha’”, então adquire um conceito da forma de folha, uma imagem dela no espírito (*IF* §73).

Para Baker e Hacker, a defesa dessa perspectiva se constrói tentando refutar a ideia de que a elucidação do significado conceitual a partir da exposição de exemplos é suficiente para nos garantir o uso correto de um termo, e que apesar da dificuldade de definir o que há além desses exemplos, isto não quer dizer que não há uma propriedade comum sendo compartilhada.

Em certo sentido, já não se trataria mais de seguir estritamente o mote apresentado por um modelo de linguagem caracterizado pela relação entre a palavra e o objeto que ela

representa, como se esta apreendesse a sua essência, por exemplo, mas de explicitar o modo como a linguagem é usada. Porém, para o uso de um termo geral, como “jogo” por exemplo, a condição necessária para fazê-lo adequadamente seria determinar antes aquilo que é “comum” entre os elementos que o consitui.

Esses pontos começam a ser apresentados e a principal contraposição de Wittgenstein é uma crítica direta aos processos mentais supostos como ato de fundamentação da significação. Entre os §§72-74 a discussão começa a ser problematizada a partir de três exemplos. Em primeiro lugar, os casos supostos por Wittgenstein apontam para a variedade dos usos que fazemos da própria noção de “algo comum”. Em seguida, eles retomam alguns elementos discutidos em parágrafos anteriores, particularmente os que são explicitados a partir dos §§33-34, onde o debate sobre a definição ostensiva e o problema da ambiguidade da interpretação estão colocados. Dessa forma, os exemplos dos §§72-74 também se relacionariam com a ideia de que mesmo uma imagem mental também pode ser interpretada e aplicada de diferentes formas.

### 2.1.1 Três exemplos sobre “*ver o algo comum*”

*Ver o algo comum.* Suponha que eu mostre a alguém diferentes quadros coloridos e diga: “A cor que você vê em todos chama-se ‘ocre’”. Esta é uma elucidação que é compreendida enquanto o outro procura e vê o que é comum àqueles quadros. Pode então olhar para o algo comum, apontar para ele.

Compara o exemplo anterior a este: eu lhe mostro figuras de formas diferentes, todas pintadas da mesma cor e digo: “O que elas têm em comum chama-se ‘ocre’”.

E compare ainda com este: mostro-lhe modelos de diferentes matizes de azul e digo: “A cor que é comum a todos eu chamo de ‘azul’” (*IF* §72)

Os exemplos citados por Wittgenstein gradativamente problematizam a suposição de seu interlocutor. O primeiro caso proposto pelo texto nos mostra que diante de um quadro com diversas imagens e cores poderíamos elucidar o nome de uma cor presente em todas as

figuras e dizer que ela se chama “ocre”. Outra pessoa começaria a entender essa definição ao olhar para os quadros e figuras notando a cor comum entre elas. Ela poderia, então, *olhar para* estas imagens e perceber o que elas compartilham, isto é, qual o elemento comum, e então concluir que *isto* é a cor “ocre”. Segundo Baker e Hacker,

*Having found what is common to the pictures, he knows what ‘ochre’ means and can now, for example, bring an ochre object on demand (BAKER; HACKER. 2005. p.163).*

Neste sentido, diferentemente do que se diz no §71, por exemplo, onde “dão-se exemplos e quer-se que eles sejam compreendidos num certo sentido”, aqui, a ideia de “ver algo comum” é formulada para que o interlocutor entenda que uma explicação deve levar o ouvinte à “análise” do quadro. Segundo a citação de Baker e Hacker, uma das consequências desse tipo de conceituação é a ideia de que se um objeto com a característica em questão (a cor “ocre”), for solicitado a alguém, este saberia exatamente qual objeto procurar.

O problema sobre este tipo de interpretação, bastante usual, e que começa a ser explorada aqui, é que há uma série de pressupostos envolvendo essa elucidação da cor. Quando se diz, por exemplo, que após compreender a elucidação o ouvinte pode “apontar” para o algo comum, Wittgenstein já está colocando em questão a naturalidade sugerida por essa ideia. O trecho, portanto, distingue o problema da definição ostensiva, melhor desenvolvido através do segundo caso.

Em §72b o primeiro exemplo passa a ser comparado com a seguinte situação: as figuras agora são distintas, mas *todas* pintadas com a mesma cor. A definição se dá com a declaração: “o que elas têm em comum chama-se ocre”. Dessa forma, quando se aponta para as figuras nada garante que se trata de uma indicação da cor, de um desenho ou de qualquer outra coisa. A interlocução que mais salta aos olhos aqui parece referir-se aos problemas levantados em relação à definição ostensiva. Neste sentido, talvez seja importante realizar um pequeno excursão e discutir um pouco dos problemas colocados por este tema, tentando perceber os seus paralelos com o que se discute entre os §§72-74.

A partir do §26<sup>22</sup> encontramos um diálogo contraposto ao modelo de linguagem presente na citação de Agostinho do §1 que, em especial, se opõe à ideia de que a significação de um termo resulta da ligação entre palavra e objeto. É dentro deste contexto que surge o problema da definição ostensiva, retomado no §33 (apenas para assinalar as similaridades com o debate dos §§72-74) da seguinte forma:

E se alguém objetar: “Não é verdade que alguém deva dominar um jogo de linguagem para compreender uma definição ostensiva, mas sim deve apenas – evidentemente – saber (ou adivinhar) para o que aponta aquele que elucida! Se, por exemplo, aponta para a forma de um objeto, ou para sua cor, ou para seu número etc.” e no que consiste, pois ‘apontar para a forma’, ‘apontar para a cor’? Aponte para um pedaço de papel! E agora aponte para sua forma, - agora para a sua cor, - agora para o seu número (isto soa estranho!). Ora, como o fez? – Você dirá que cada vez ‘*tinha em mente*’ algo diferente ao apontar. E seu eu perguntar como isso se passa, você dirá que concentrou sua atenção na cor, na forma etc. Ora, pergunto outra vez, como *isso* se passa. Imagine que alguém aponte um vaso e diga: “Veja o maravilhoso azul! – não se trata da forma”. Ou: “Veja a maravilhosa forma! – a cor é indiferente”. Sem dúvida você fará *coisas diferentes* quando aceder a esses dois convites (IF §33).

A refutação de Wittgenstein neste trecho ocorre em relação a uma concepção de linguagem cujo pressuposto é caracterizado principalmente pela correspondência entre linguagem e mundo, fazendo da definição ostensiva o último anteparo dessa relação<sup>23</sup>. A definição ostensiva, sob esta ótica, adquire posição central e assinala a explicação do significado de uma palavra como o objeto que ela substitui (IF Cf §1). Isto inevitavelmente também se torna o parâmetro para a investigação de outros termos, tais como *linguagem*, *jogo*, *significado* etc., do qual se desdobram os problemas discutidos a partir do §65.

Trata-se de uma ânsia por generalização, como chama Wittgenstein em determinado ponto, que pretende compreender a totalidade da linguagem a partir da suposição de que a sua função primordial é substituir os objetos as quais ela representa. A contraposição a isto

---

<sup>22</sup> Não é o objetivo da pesquisa debater a delimitação de parágrafos relacionados ao problema da definição ostensiva nas *Investigações*. Para constar, siga aqui a delimitação proposta por Stern (2012).

<sup>23</sup> Além disso, ele claramente ataca a suposição de que existe uma operação mental fundamentando a significação, já sinalizando também para uma contraposição que se volta para as várias circunstâncias que envolvem a significação de um termo. Apontar para a forma ou apontar para a cor são ações distintas, e perguntar pelo modo como uma dessas ações foi tomada “corretamente” já é, na verdade, problematizar a suposta intenção mental que estaria por detrás deste ato, e explicitar a diversidade de usos que podem se desdobrar dessa ação.

é desdenvolvida desde o parágrafo 26, e de maneira mais explícita, no §28 Wittgenstein declara que de fato uma “definição ostensiva pode ser interpretada em *cada* caso como tal e diferentemente”, isto é, o simples ato de *apontar* não é unívoco e pode ser compreendido de diversas maneiras.

Na tentativa de “remediar” essa ambiguidade, o §33 expõe ainda que a diferença entre os “objetivos” supostos quando se aponta para algo são determinados na mente daquele que aponta:

Aponte para uma pedaço de papel! E agora aponte para a sua forma, - agora para sua cor, - agora para o seu número (isto soa estranho!). Ora, como o fez? – Você dirá que cada vez ‘*tinha em mente*’ algo diferente ao apontar. E se eu perguntar como isso se passa, você dirá que concentrou sua atenção na cor, na forma etc. Ora, pergunto outra vez, como *isto* se passa (IF§33).

Wittgenstein irá insistir contra isso afirmando a variedade de coisas que podem acontecer enquanto a atenção de quem aponta se dirige para *isto* ou para *aquilo*, pois as circunstâncias em que ocorrem podem ser completamente diversas, e já que “não podemos indicar *uma* ação corporal que chamamos de apontar para a forma (em oposição, por exemplo, à cor), então dizemos que corresponde a essas palavras uma atividade *espiritual*” (IF §36).

O segundo exemplo do §72 coloca em questão estes mesmos aspectos, ou seja, mostrar figuras de diferentes formas e apontar para elas elucidando uma cor é ter como pressuposto circunstâncias específicas que nos levam à agir assim, mas poderia ser o caso de haver outras conjunturas, e operaríamos de outra maneira. Da mesma forma, no §33 Wittgenstein começa a mostrar que os enigmas em torno dos processos mentais e da compreensão linguística a partir deles fazem parte de uma superstição na qual os filósofos estão sujeitos desde longa data, em especial, por disporem-se a conceber a linguagem de maneira uniforme, desconsiderando a sua multiplicidade<sup>24</sup>.

No segundo exemplo do §72 a suposição de que há operações mentais determinando o sentido de uma elucidação é a similar a do §33, e a indagação de Wittgenstein também, “Ora, pergunto outra vez, como *isto* se passa?”.

---

<sup>24</sup> Já no §3 Wittgenstein assinala esse equívoco dizendo que: “Santo Agostinho descreve, podemos dizer, um sistema de comunicação; só que esse sistema não é tudo aquilo que chamamos de linguagem”.

O último parágrafo leva adiante essa questão, apresentando com o terceiro exemplo uma situação onde alguém poderia mostrar modelos de diferentes tons de azul e dizer: “a cor que é comum a todos eu chamo de ‘azul’”. Baker e Hacker assinalam que este caso na verdade explicita como é ineficaz a suposição de que *algo comum* fundamenta a significação de um conceito, pois é fácil notar como o azul escuro diverge radicalmente do azul claro, e entender que dizer que eles compartilham algo comum não significa a existência de uma propriedade oculta. Para Baker e Hacker, parece difícil saber que tipo de jogo é este, a menos que:

*To say that we use the word “blue” to mean “what all these shades of colour have in common” by itself says nothing more than that we use the word “blue” in all these cases (BAKER; HACKER. 2005. p.163).*

Para retomarmos o contexto anterior de considerações às definições ostensivas e concluir o paralelo com este exemplo, convém dizer ainda que em ambos os momentos Wittgenstein estabelece uma crítica à ideia de significação segundo o modelo designativo de Agostinho.

Sua caracterização da multiplicidade de papéis que as palavras desempenham é um forte contraponto à visão unilateral da descrição de Agostinho e à suposição de que as definições ostensivas fundamentam a linguagem. Da mesma forma, os exemplos do parágrafo 72 revelam que os casos em que a expressão “ver algo comum” surgem podem ser completamente diversos, além disso, mostra que ao nos esquecermos da multiplicidade da linguagem em detrimento de um único modelo, segundo uma citação da *Gramática Filosófica*, atrelamos à expressões como essas um enigma misterioso. A questão é que esse enigma nasce de uma má compreensão da própria linguagem.

Wittgenstein dirá que não é enquanto efetivamos a linguagem que tais enigmas surgem, mas quando nos deixamos guiar pelas coisas que se diz a respeito dela, quando indagamos por exemplo coisas como “O que é o sentido de uma palavra?”, “O que é uma proposição?”, “O que é o pensamento?” e assim por diante. Ainda segundo a *Gramática filosófica*:

Erroneamente, localizamos esse mistério na natureza do processo. Interpretamos o enigma criado por nossa incompreensão como o enigma de um processo incompreensível (2003. VII. 105)

O exemplo do jogo de linguagem dos construtores do §2 é uma forma interessante de percebermos como o seu objetivo é trazer à tona os problemas que resultam de uma concepção meramente designativa. Ao analisar este caso Wittgenstein considera que apesar de termos inicialmente um ensino ostensivo, isto não quer dizer, porém, que devemos pressupor que tal ensino precisa resultar “no fato de que, quando a criança ouve a palavra, a imagem da coisa surge em seu espírito”, como se esta fosse a finalidade desse ensino. Wittgenstein deixa bastante explícito que essa suposta relação causal na verdade está implicada em um contexto muito mais amplo:

Mas isto efetiva o ensino ostensivo, - devo dizer que efetiva a compreensão da palavra? Não compreende a ordem “lajota!” aquele que age de acordo com ela? Isto ajudou certamente a produzir o ensino ostensivo; mas na verdade apenas junto com uma lição determinada. Com outra lição, o mesmo ensino ostensivo dessas palavras teria efetivado uma compreensão completamente diferente. “Ligando a barra com a alavanca faço funcionar o freio.” – Sim, dado todo o mecanismo restante. Apenas com este, é alavanca de freio; e, separado de seu apoio, nunca é alavanca, mas pode ser qualquer coisa ou nada (*IF* §6).

Neste contexto Wittgenstein mostra que pelo fato de a definição ostensiva requerer uma série de elementos, o ensino de uma linguagem subsumida apenas à nomeação é um equívoco, pois os vários usos que fazemos das palavras invariavelmente requerem a suposição de um contexto particular. Em seu *Livro Azul*, já bastante próximo do que propõe as *Investigações*, Wittgenstein fornece um exemplo claro sobre isso:

Expliquemos então, a palavra “tove” apontando para um lápis e dizendo “isto é tove”. Ora a definição ostensiva “isto é tove” pode ser interpretada de múltiplas maneiras. Apresentarei algumas dessas interpretações utilizando palavras de uso corrente. A definição pode pois ser interpretada como significando: “isto é um lápis”, “isto é madeira”, isto é um”, “isto é duro” etc. etc. (1992. p.26).

Da mesma forma, como irá ser indicado nos parágrafos que se seguem aos exemplos do §72, mesmo a suposta imagem ou modelo criado na mente não poderiam ser concebidos como fundamento da linguagem, como se isto se colocasse à frente do modo como usamos as definições. A suposta representação inequívoca que uma imagem ou modelo criaria, na verdade, pode ser sempre reinterpretado de uma forma diferente. A seguir, tentarei explicitar um pouco mais o desdobramento desses três exemplos.

## 2.2 Significação e processos mentais no contexto de interlocução e desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein

Os exemplos imaginados por Wittgensteins, seguindo um paralelo com o §66, trouxeram à tona a variedade de usos da própria expressão “ver algo comum”, caracterizando os equívocos que se desdobram do fato de essa diversidade ser desconsiderada. Neste sentido, eles servem para nos lembrar que a elucidação de um termo requer uma apreciação mais particular do modo como a linguagem efetivamente se processa.

Para além disso, o trecho considera a importância de percebermos os problemas atrelados às elucidações, sobretudo os que remetem à definição ostensiva. Wittgenstein demonstra como alguns elementos supostos nessas ações nos induzem a pensar que a significação é como o caso em que alguém tendo em mãos uma tabela de cores, vê sob cada uma delas um respectivo nome, como “azul”, “verde” e assim por diante, o qual pode usar como um “modelo”.

Os exemplos do §72 são portanto estendidos e problematizam a própria pergunta pela significação dos conceitos, isto é, continua desmanchando o pressuposto de seu interlocutor que é o de precisar os limites dos conceitos. Quando Wittgenstein amplia os exemplos à ideia de que a explicitação do nome de uma cor é como usar uma tabela “na qual figuram as palavras sob os modelos das cores”, ele está evidenciando quais elementos fundamentam essa perspectiva, mostrando que uma alternativa para a determinação dos limites de um conceito é a ideia de que a elucidação de um significado ocorre por meio de um processo mental, com o uso de modelos ou imagens:

Se me mostrarem diferentes folhas e me disserem: “Isto chama-se ‘folha’”, então adquiro um conceito da forma de folha, uma imagem dela no espírito (*IF* §73).

Dessa forma, o texto propõe uma transição fundamental, mostrando que na base dos exemplos expostos se encontra uma ideia *representacionista* em que compreender a

elucidação é o mesmo que “possuir um conceito do elucidado no espírito, isto é, um modelo ou imagem” (IF §72).

Em seu *Livro azul* Wittgenstein havia escrito que aceitar essa concepção é o mesmo que supor que diante da ordem: “traga-me uma flor vermelha daquele prado”, devêssemos ir ao campo portando uma imagem vermelha na mente e, comparando-a com as flores que encontramos pelo caminho, escolhêssemos aquela que mais se ajustasse à cor de nosso suposto modelo (WITTGENSTEIN. 1992. p.27).

Ambos os trechos, o §73 e a citação do *Livro Azul*, além de explicitar a importância do tema, trazem como pano de fundo uma crítica particularmente direcionada à teoria causal do significado de Bertrand Russell, também baseada em processos mentais. A seguir, proponho desenvolver um panorama sobre a própria caracterização dos processos mentais e um breve excuro sobre a interlocução de Wittgenstein com a teoria de Russell.

Ainda no contexto do *Livro azul*, citado acima, Wittgenstein resume o que ele entende por processos mentais explicando que eles:

Parecem ser inseparáveis do funcionamento da linguagem, sendo os únicos a condicioná-lo. Refiro-me aos processos de compreensão e significação. Os signos de nossa linguagem parecem não ter vida sem estes processos mentais; e poderia se ter a impressão de que a única função dos signos é a de induzir tais processos e de que estes são, na realidade, as únicas coisas em que deveríamos estar interessados. (1992. p.28).

Este exemplo é particularmente interessante porque logo na sequência Wittgenstein faz um contraponto utilizando a noção de *pensamento* de Frege e dialoga com o modo como esses pressupostos estão presentes na tradição.<sup>25</sup> No caso do diálogo proposto no *Livro azul*, Wittgenstein dirá sobre Frege que ele:

Ridicularizou a concepção formalista das matemáticas, afirmando que os formalistas confundiam aquilo que pouca importância tem, o

---

<sup>25</sup> Glock propõe algo similar ao tratar das definições ostensivas e faz um paralelo mostrando que a visão agostiniana da linguagem possui uma espécie de “estrutura hierárquica”, onde, ao final, as palavras tornam-se indefiníveis lexicalmente, isto é, sem a intermediação de outras definições, conectando-se diretamente com o objeto a que elas se referem. Não é o caso de retomarmos essa discussão, mas apenas mostrar que ao caracterizar este ponto Glock faz um pequeno excuro nos lembrando que essa visão ganhou destaque ao longo da filosofia e adquiriu entre alguns de seus pensadores a compreensão de que os “objetos” de que trata o modelo agostiniano também poderiam ser concebidos como objetos “mentais”, como faz Locke, por exemplo. (Cf. GLOCK. p.274)

signo, com o que é importante, o sentido. De fato, as matemáticas não tratam de símbolos num bocado de papel. A ideia de Frege poderia ser expressa do seguinte modo: as proposições da matemática seriam inertes e totalmente desinteressantes, se fossem simplesmente conjuntos de símbolos, ao passo que elas apresentam nitidamente uma espécie de vida. E o mesmo poderia, evidentemente, ser dito de qualquer proposição. Sem um sentido, ou sem o pensamento, uma proposição seria uma coisa trivial e totalmente inerte. Parece ser claro, para além disso, que a adição de signos inorgânicos não pode dar vida a uma proposição. A conclusão que se pode extrair daqui é de que aquilo que deve ser adicionado aos signos inertes para que eles se transformem numa proposição viva é algo imaterial, dotado de propriedades diferentes das dos simples signos (1992. p.30).

Compreende-se, portanto, que este tipo de concepção, disseminada ao longo da história da filosofia, toma como essencial à linguagem a sua capacidade de representar a realidade conceitualmente, mas isto enquanto processo mental que anima e dá vida aos signos presentes na linguagem:

Se vos perguntarem qual é a relação entre um nome e a coisa que ele designa, sentir-se-ão inclinados a responder que se trata de uma relação psicológica, e possivelmente pensarão especificamente, ao dizerem isto, no mecanismo de associação. Somos tentados a pensar que o mecanismo da linguagem é composto por duas partes; uma parte inorgânica, a manipulação dos signos, e uma parte orgânica, a que podemos chamar a compreensão desses signos, a atribuição de sentido a estes signos, a sua interpretação, o pensamento (1992. p.28).

No contexto particular do §72, Wittgenstein claramente problematizou essa suposta relação, mas neste caso, pressupostos como a ideia de que a linguagem espelha o mundo, por exemplo, lembrando da tabela de cores em que para cada cor existe um nome identificando-a, agora têm na *imagem* mental o seu correlato. Deste modo, é como se a tabela real fosse apenas mais vivaz. O conhecimento, portanto, seria capaz de gerar na mente uma imagem que o representa e que pode ser retomada sempre que necessário.

Como vimos, se retomarmos a *imagem* da linguagem que se discute nos parágrafos anteriores ao recorte dos §§65-88, notaremos, por exemplo, que o funcionamento da linguagem também é definido tendo por base a relação entre linguagem e mundo, e mais especificamente, entre nome e objeto, o que leva ao problema de se saber como exatamente se estabelece essa ligação. Para Engelmann (2013), esta é uma pergunta que surgiu no

pensamento de Wittgenstein, fundamentalmente, como uma luta contra a obra de Russell, *The Analysis of Mind*:

*Many commentators have not paid sufficient attention to the significance of this book for Wittgenstein's development. Others have seen it merely as an important target of his criticisms. I argue that it is, however, the fundamental background for a proper understanding of Wittgenstein's development* (ENGELMANN. 2012. p.284).

Engelmann também considera que a questão é essencial para compreendermos algumas das perspectivas adotadas pelo filósofo a partir de 1930-1, entrelaçada com aquilo que ele denomina de “método genético”<sup>26</sup>, criado no contexto do debate sobre seguir regras e a noção de cálculo.

A análise de Engelmann passa pela consideração de algumas teses colocadas em especial pela teoria causal do significado proposta por Russell, para quem a ligação entre um nome e o objeto nominado é dada por um ato mental do sujeito que *deseja* expressar um sentido através destes signos.

Segundo as considerações de Engelmann, é possível perceber que esse problema foi visto por Wittgenstein de diferentes formas durante o desenvolvimento de sua filosofia. A princípio, Wittgenstein considerou os fenômenos psicológicos como algo distante dos problemas filosóficos que ele desejava explorar. No manuscrito 107, datado de 1930, ele descreve este tipo de investigação, ainda com certa imprecisão quanto a melhor maneira de denominá-la, como uma “filosofia psicológica” que ao final se mostra como um “*typical philosophical dead-end street*” (MS 107, 235 *Apud* ENGELMANN. 2013. p.70). Comentando essa passagem, Engelmann dirá que para Wittgenstein, neste período, “*The relevant investigation stops where discussions of psychology begin*” (ENGELMANN. 2013. p.70)

---

<sup>26</sup> Em outro artigo, Engelmann explica que: “as características do método genético são as seguintes: 1) o interesse de Wittgenstein é investigar problemas filosóficos que são o produto de falsas analogias (imagens, símiles) e raciocínios enganosos; 2) a função de um filósofo (Wittgenstein) é indicar estas analogias e mostrar os raciocínios enganosos que geram problemas filosóficos; 3) o leitor pode, assim, ver suas próprias tendências como que em um espelho; 4) a investigação de Wittgenstein deve ser desenvolvida, então, em um nível pré-filosófico e neutro, pois não objetiva solucionar os problemas, mas dissolvê-los em sua gênese” (ENGELMANN. 2009. p.179)

Somente depois de 1930 é que Wittgenstein começará a discutir essa questão mais pontualmente, e suas considerações estabelecerão uma forte crítica à visão de Russell, cuja concepção defendida é, acima de tudo, a de que a significação pode ser explicada de maneira causal. Em *The Analysis of Mind*, por exemplo, Russell descreve que:

*The relation of a word to its meaning is of the nature of a causal law governing our use of the word and our actions when we hear it used (RUSSELL. 1997. p.97).*

Ao expor e discutir essa concepção, Engelmann ilustra a ideia de Russell com um exemplo bastante esclarecedor:

*Roughly put, when I call “John!” John comes to me and when I see him, for instance, the word “John” comes to my mind. When the objects are not present, Russell argues, imagens replace them and so they cause and are caused by words (someone tells me a story and I imagine a situation, for instance) (ENGELMANN. 2013. p.66).*

Para Russell, no âmbito da linguagem alguns processos mentais específicos operam para que a significação dos termos usados possam realmente se efetivar. Tais processos, segundo Russell, são criados a partir de nossas sensações, que de maneira causal instituem imagens capazes de substituir aquilo que representam. Assim:

*The use of words in thinking depends, at least in its origin, upon images, and cannot be fully dealt with on behaviourist lines. And this is really the most essential function of words, namely that, originally through their connection with images, they bring us into touch with what is remote in time or space (RUSSELL. 1997. p.99).*

Segundo Engelmann, já no contexto do *Tractatus* Wittgenstein teria rejeitado a possibilidade de uma teoria do significado se pautar em processos psicológicos, como podemos observar em 5.552. Nessa passagem, a certeza de que a lógica precede a qualquer experiência faz com que os problemas de ordem psicológica tenham um papel secundário na investigação filosófica. Depois de 1930, porém, Wittgenstein começa a considerar essa questão e sua relevância tecendo algumas observações em particular à teoria de Russell. Em uma passagem bastante irônica ele escreve que:

*If I wanted to eat an apple, and someone punched me in the stomach, taking away my appetite, then it was this punch that I originally wanted (WITTGENSTEIN. 1975. 22).*

Conforme Engelmann, isto reduz a concepção de Russell ao absurdo, neste caso, especificamente, a concepção de que o que causa o fim de um ciclo comportamental de desejo é simplesmente o que é desejado. O exemplo de Wittgenstein acabaria por mostrar a má compreensão de Russell sobre aquilo que é chamado de “desejo”, justamente porque explicita poucas relações com a multiplicidade de significados deste termo:

*Russell's theory, thus, violates the requirement of multiplicity: "language must have the same multiplicity as a control panel that sets off the actions corresponding to its sentences (MS 107, 231; PR §13). That is, Russell's theory presents our language as if it had fewer options than it actually has (ENGELMANN. 2013. p.73).*

O grande problema que Wittgenstein distinguia na teoria de Russell, segundo a leitura de Engelmann, estava relacionado à ideia proposta por Russell de que um sentimento de “satisfação” é o critério para a verificação. Se espero que John toque piano, esta expectativa é composta por uma série de imagens, John e o piano, por exemplo. De acordo com Russel, esta expectativa poderia ser verificada se eu vejo John tocando piano, preenchendo, assim, esta expectativa (cf. ENGELMANN. 2013. p.74). A questão que se impõe, porém, é saber como verificar se uma expectativa foi preenchida.

A resposta proposta por Russell é dada introduzindo a noção de que temos que comparar imagens daquilo que esperamos com sensações que correspondem a elas, o que suscita outras questões, como por exemplo, o fato de que talvez não tenhamos uma imagem original ou que nada é capaz de garantir que a imagem presente não mudou (cf. ENGELMANN. 2013. p.74). Ao final, ele sugere que:

*To observe 'a feeling of expectedness related to memory of the expectation' as a criterion for the fulfillment of the expectation or 'truth of the expectation'. There is, then, a feeling of expectation related to the content of expectation (which distinguishes an expectation from a memory, for instance) and a feeling of expectedness, that is, the feeling of a satisfied expectation. The feeling of expectedness relates the memory-belief of the expectation to the original expectation. So, supposedly, we know by means of the feeling of expectedness that the presente sensation relates to the previous image involved in the expectation (ENGELMANN. 2013. p.75).*

O ponto observado por Wittgenstein é que Russell adiciona em sua teoria um terceiro elemento para explicar a relação de uma sentença e o reconhecimento do que a torna verdadeira, que é a ideia de sentimento (*feeling*). Wittgenstein irá caracterizar isso

como uma espécie de “sentimento de prazer”, referindo-se ao exemplo da fome saciada<sup>27</sup>. Para Russell, é justamente este sentimento que acaba determinando a significação e a compreensão do que é representado por uma imagem ou sentença,

*“The memory-belief confers upon the memory-image something which we may call ‘meaning;’ it makes us feel that the image points to an object which existed in the past”* (RUSSELL. 1997. p.87).

Segundo Wittgenstein, isto é o mesmo que dizer que reconheço se estou com dor de cabeça quando sou atingido na cabeça (MS 108 *apud* Engelmann. p.75). Para Wittgenstein, a teoria de Russell desconsidera o que há de específico na realização de uma expectativa e, conseqüentemente, *“gives language the wrong multiplicity: expressions of expectations are fulfilled by specific state of affairs, and not by several, like various kinds of food and hunger”* (ENGELMANN. p.76). Além disso, adiciona um terceiro elemento para explicar a palavra ou sentença, fazendo com que realidade e proposição sejam comparados por meio de uma relação causal e externa.

Contrapondo-se a essa caracterização, a visão de Wittgenstein a partir de 1930/1 começará a fundamentar uma relação interna entre as proposições, algo que não é *“different from or outside picture and fact itself”* (ENGELMANN. p.84). Este viés irá confluir em uma concepção de “regras” para o uso correto das palavras que caracterizará grande parte dos trabalhos intermediários de Wittgenstein na primeira metade da década de 1930.

## 2.3 Crítica aos processos mentais e apontamentos sobre a ideia de significação

As considerações de Wittgenstein à teoria causal do significado, sobretudo a que se evidencia na concepção de Russell, é desenvolvida gradualmente na primeira década de 1930. Como vimos, segundo Engelmann esse é um aspecto fundamental para o

---

<sup>27</sup> Cf. MS 107, 290; *apud* ENGELMANN. p.75

entendimento de algumas concepções de Wittgenstein neste período, de modo particular, a proposta de explicitação das regras inerentes à própria estrutura linguística que determinam o sentido de uma palavra ou sentença.

Assim, a ideia de significação ainda é preservada neste período a partir de uma concepção que gradativamente se voltava não para as relações causais, mas para as relações internas estabelecidas pela gramática. Sobretudo, no contexto da *Gramática Filosófica*, Wittgenstein concebia certa autonomia à gramática e objetava contra as relações causais como critério para a significação por meio da ideia de *uso*, já explicitando os jogos de linguagem que se constituem no interior da gramática, como ele mesmo descreve em um trecho dessa obra:

Interessamo-nos apenas pela descrição do que ocorre e não é a verdade, mas a forma da descrição que nos interessa. O que ocorre considerado como um jogo (WITTGENSTEIN. 2003. II, 30).

E, ainda em outro ponto, sua descrição já relacionava alguns aspectos dessas críticas à própria noção de *semelhanças de família*, indicando o início de uma perspectiva que caracterizará essa ideia nas *Investigações*:

Está claro que aprendemos o significado da palavra por meio de exemplo e, se desconsiderarmos disposições hipotéticas, esses exemplos representam apenas a si mesmos. As hipóteses a respeito do aprender e usar a linguagem e ligações causais não nos interessa. Assim, não supomos que os exemplos produzem algo no aprendiz, que colocam perante a sua mente uma essência, o significado da palavra-conceito, o conceito “planta”. Se os exemplos devem ter um efeito, digamos, produzir uma imagem visual particular no aprendiz, a ligação causal entre os exemplos e essa imagem não nos interessa e, para nós, são meramente *coincidentes* (WITTGENSTEIN. 2003. VI. 74).

A concepção de *jogos de linguagem*, que começa a se sobressair neste mesmo contexto, será fundamental para explodir com a compreensão unívoca da linguagem e com a ideia de que o sentido de uma palavra é uma imagem ou um objeto correlacionado a ela. Com a crítica que se segue a partir dos *jogos de linguagem* e das *semelhanças de família* a linguagem passa então a ser considerada de maneira muito mais complexa e diversificada, oposta à concepção causal de Russell por exemplo.

Em 1933-34, Wittgenstein seguiu aprofundando a crítica ao modelo proposto por Russell e, já no *Livro Azul*, enfatizou a disparidade entre as nossas ações e os pressupostos

presentes tanto em uma teoria causal, cujo preceito é o de que imagens mentais estariam associadas às palavras a fim de determinar o seu emprego, quanto na própria ideia de “significação”:

Considere a ordem “*imagina* uma mancha vermelha”. Neste caso, não serão tentados a pensar que *antes* de a executarem devem imaginar uma mancha vermelha que vos sirva de modelo para a mancha vermelha que vos foi pedido que imaginassem (1992. p.28).

Dessa forma, Wittgenstein começava a indicar de maneira mais explícita que a particularidade da função desempenhada por uma palavra dependeria muito mais de seu emprego em certos contextos:

Dão-se exemplos e quer-se que eles sejam compreendidos num certo sentido. Mas com essa expressão não quero dizer que essa pessoa deva ver agora nesses exemplos o algo comum que eu – por alguma razão – não posso exprimir. Mas sim que tal pessoa deva agora *empregar* esses exemplos de um determinado modo (*IF* §71)

É precisamente este um dos pontos mais relevantes de toda a crítica que será desenvolvida entre os §§72-74. Além de se contrapor à ideia de que explicitar a significação de um conceito por meio de exemplos supõe alguma imagem ou conceito geral na mente do ouvinte, tenta-se mostrar que o recurso aos vários “*jogos de linguagem*”, na verdade, servem apenas para explicitar um certo tipo de uso.

Trata-se de ressaltar que mesmo um “modelo geral” não poderia ser capaz de especificar uma imagem conceitual que não representasse um caso determinado, que não representasse nada em particular, mas somente o que é comum aos diferentes elementos que caem sob o conceito. A amostra de diferentes tipos de folhas, por exemplo, e com elas a afirmação “isto se chama ‘folha’”, conforme destaca o §73 sugere exatamente isto:

Mas que aspecto tem pois a imagem de uma folha que não mostra uma forma determinada, mas sim ‘o que é comum a todas as formas de folha’? Que tom de cor tem o ‘modelo no meu espírito’ da cor verde – daquilo que é comum a todos os tons de verde? (*IF* §73).

Não que ele estivesse interessado em negar a possibilidade de existir um modelo ao qual pudéssemos recorrer,<sup>28</sup> mas recorda que isso é algo que pode ser problematizado, interpretado sob outras perspectivas e, principalmente, que é impossível delimitarmos todas as suas variações e, por isso, é quase indiferente. A imagem mental não é necessária. Mais uma vez se trata de algo diretamente implicado em nosso uso:

“Mas não poderia haver tal modelo ‘geral’? Algo como um esquema de folha, ou um modelo de verde *puro*?” – Certamente! Mas que esse esquema seja compreendido como *esquema*, e não como forma de uma folha determinada, e que um quadrinho de verde puro seja compreendido como modelo de tudo o que tem a cor verde e não como modelo para o verde puro – isto depende do modo de emprego desses modelos. (IF §73)

Em suma, é o emprego do modelo que começa a ser explicitado como condicionante – algo bastante próximo aos problemas colocados em relação à definição ostensiva, que sempre requer alguns elementos prévios para que de fato funcione corretamente. No caso de um modelo, suponhamos que exista um para a cor verde, que *forma* ele deveria ter?

Deve ser quadrado? Não seria então modelo para o quadrado verde? Deve ter uma forma “irregular”? E o que nos impede então de considerá-lo – isto é, de empregá-lo – apenas da forma irregular? (IF §74).

Deste modo, o texto culmina pondo em questão as perspectivas pelas quais a linguagem pode ser empregada segundo a “inexatidão” que vem sendo tratada desde os §§70-71, algo que será o foco dos debates consecutivos. Acima de tudo, faz um contraponto mostrando que mesmo um modelo depende de uma forma particular de *ver como*, ou seja, depende de seu uso:

Por experiência, aquele que *vê* a folha de uma maneira determinada emprega-a desta ou daquela maneira, segundo esta ou aquela regra. Existe certamente *esta* ou *outra* maneira de ver, dão-se também casos em que aquele que *vê* um modelo *assim* geralmente empregará *desta* maneira, e o que *vê* de outro modo, emprega-lo-á de outra maneira (IF§74).

---

<sup>28</sup> Em um outro contexto das *Investigações* Wittgenstein realmente chega a dizer que uma imagem mental de fato “*sugere-nos um certo uso*” (Cf. §139).

De modo geral, é possível dizer que as características discutidas neste trecho ainda são formas que o interlocutor usa para tentar sustentar o limite claro do conceito como um pressuposto necessário ao seu uso, algo que a noção de *semelhanças de família* se contrapõe de maneira irrestrita desde o início, mostrando, conseqüentemente, que de fato não há regras capazes de “determinar” todas as situações. Apesar de indicar para isso, este é um ponto trabalhado com mais atenção nas passagens seguintes, sobretudo os §§81-88, como veremos a partir do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### SIGNIFICAÇÃO E O PARADOXO SOBRE SEGUIR REGRAS EM §§81-88

#### 3.1 Significação e regras

Desenvolvendo os pressupostos apresentados pelo interlocutor de Wittgenstein no §65 e ainda circunscrevendo algumas condições para que a significação de uma palavra ou conceito sejam garantidas, os parágrafos 81-88 chegam a um ponto crucial de todo o debate em torno do que representa as *semelhanças de família*, relacionando o tema diretamente com a discussão sobre seguir regras<sup>29</sup>.

Ainda que possamos considerar a explicitação do debate sobre regras como um tema elaborado em trechos posteriores a esse recorte, como os §§143-242, não obstante, é possível notar que a partir do §81 Wittgenstein já desenvolve uma importante reflexão sobre essa questão, entrelaçando-a com a sua crítica à concepção filosófica cujo pressuposto é ver

---

<sup>29</sup> O debate sobre regras, portanto, que aparecerá entre os §§143-242, se encontra neste momento explicitamente relacionado ao problema da significação e ao debate sobre os temas que se desdobram da contraposição à imagem agostiniana da linguagem.

o significado como algo relacionado a um objeto, uma imagem mental ou a delimitação precisa dos conceitos. Como apontam os §§81-88, esses elementos estão relacionados porque na verdade eles acabam se desdobrando em um debate sobre o que significa seguir uma regra.

Na medida em que certas concepções sobre a significação das palavras ou conceitos se vinculam à uma atividade regrada, como é o caso daquilo que encontramos em textos do período intermediário, como veremos adiante, a linguagem tende a ser concebida como que composta por parâmetros *normativos*, ou seja, determinada desde a sua origem. Seguindo esse parâmetro, teríamos uma linguagem ancorada em um sistema de regras rígidas e, do mesmo modo como a ciência natural trata de fenômenos naturais, a linguagem cotidiana deveria ser desvelada pela lógica (cf. *IF* §81).

Neste trecho, especificamente, a discussão se desenvolve a partir das considerações de Wittgenstein ao que Ramsey havia postulado sobre a lógica, a saber, que ela poderia ser comparada a uma “ciência normativa”. Depois de introduzir essa afirmação, Wittgenstein prossegue:

Exatamente que ideia lhe ocorria no momento não sei; era porém sem dúvida estreitamente aparentada com a que me ocorreu mais tarde: que nós, notadamente em filosofia, *comparamos* frequentemente o uso das palavras com jogos, com cálculo segundo regras fixas (...)

Tudo isto, porém, pode apenas aparecer em sua verdadeira luz quando se obtiver maior clareza sobre os conceitos de compreender, querer dizer (*meinen*) e pensar. Pois então se tornará também claro o que pode nos levar (e que me levou) a pensar que quem pronuncia uma frase e lhe *dá significação* (*meint*) ou a *compreende* realiza com isto um cálculo segundo regras determinadas (*IF* §81).

Aqui, particularmente, o que a ideia de “ciência normativa” de fato significava para Ramsey parece menos relevante, ao menos diante da comparação que Wittgenstein faz entre a afirmação e o que ele havia pensado quando concebeu a linguagem como um cálculo, cuja base rígida, pressupunha ele, poderia de fato servir para explicitar a essência da linguagem.

Essa comparação, feita em tom crítico, levou alguns intérpretes a considerar este trecho e as passagens seguintes como uma espécie de ensejo para a fundamentação de uma posição sistemática de Wittgenstein sobre a linguagem, compreendendo que nelas podemos encontrar uma afirmação sobre o significado que, em primeiro lugar, se estabelece como crítica em relação ao *Tractatus* e, segundo, que se constitui a partir de alguns paralelos com

a ideia de “normatividade” que está presente nesta obra. Baker e Hacker, por exemplo, citam que:

*Giving an explanation consists in displaying some of the connections in the grammatical reticulation of rules* (BAKER; HACKER. 1980. p.30).

A compatibilidade pressuposta entre as críticas das *Investigações* e a filosofia precedente de Wittgenstein faz com que este tipo de interpretação analise o trecho do §§81-88 como uma concepção de linguagem que apesar de relacionada a uma atividade, encontrando na analogia com os jogos o seu correlato, ainda esteja profundamente implicada à um conjunto de regras. Dessa forma, é como se nesse trecho Wittgenstein ainda afirmasse que a significação é dada irrestritamente por um conjunto de regras capaz de determinar o modo como as palavras são usadas, o que, como veremos, não parece se sustentar.

Sob este viés, os §§81-88 tratariam de uma postura que do *Tractatus* até as *Investigações* passou de um modelo mais “rígido”, onde a linguagem era vista como um cálculo com regras fixas e capaz de estabelecer as condições necessárias para todos os casos possíveis, até a metáfora mais maleável dos jogos de linguagem, que embora visto como uma atividade, ainda possui regras e são elas que nos permite avaliar se estamos ou não usando a linguagem corretamente.

Ora, este tipo de afirmação, fundamentalmente implicada em interpretações que procuram resolver o problema da significação revendo certas concepções, simplistas ou não, não parece ser exatamente o que caracteriza o debate deste trecho, que, ao contrário, tende a se abrir para uma discussão muito mais ampla e complexa. Assim, talvez não seja tão clara a interlocução dessas passagens e a precisão de sua contraposição requeira uma melhor caracterização do contexto em que Wittgenstein relacionou a linguagem com o modelo de cálculo com regras fixas.

O que se pretende mostrar neste capítulo é antes de tudo a incompatibilidade do pressuposto que envolve os comentários do tipo que vimos acima, mostrando que leituras como essas se equiparam muito mais com o que Wittgenstein afirmava no período intermediário, e que é possível caracterizar novos elementos em sua filosofia madura.

### 3.1.1 Algumas observações sobre “significação” e “regra” no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein

As concepções apresentadas pelo interlocutor de Wittgenstein desde o §65 mostraram a que tipo de finalidade elas visavam, a saber, à tentativa de determinar a essência da linguagem. Quando circunscrito aos §§81-88, esse pressuposto parece se apresentar com a intenção de “depurar” algumas das alternativas colocadas anteriormente, sobretudo porque elas foram paulatinamente refutadas através da noção de *semelhanças de família*.

Neste trecho, o pressuposto supracitado culmina na associação da linguagem a um ideal lógico, uma operação ou um cálculo segundo regras fixas. Esse modelo de linguagem caracterizaria, em especial, o *Tractatus* e, portanto, a discussão traz como pano de fundo o caminho trilhado pelo próprio Wittgenstein desde que passou a reconsiderar essa obra, situando a gradativa passagem de uma concepção de linguagem como cálculo segundo regras fixas e rigidamente estabelecida para a analogia com os jogos, que como veremos adiante, de algum modo envolveria uma flexibilidade maior em relação às regras que os governam. Segundo os comentários de Stern, por exemplo, podemos perceber que no *Tractatus* havia uma:

*Conviction that in speaking a language, any language, one tacitly commits oneself to certain rules, and the philosophy clarifies those rules by finding a way of speaking that unambiguously displays their structure* (STERN. 1995. p.101).

De fato, na medida em que as considerações dos §§81-88 se desenvolvem, o diálogo decorrente claramente apresenta uma interlocução com uma parte significativa da própria filosofia anterior de Wittgenstein, o que nos leva quase que de imediato a tentar perceber como essas passagens diálogam com aquilo que fora postulado no *Tractatus*, sobretudo, como demonstra a citação de Stern, se concebermos o papel da análise lógica na explicitação da estrutura subjacente à linguagem.

Contudo, o problema é que uma identificação exclusiva entre o *Tractatus* e as *Investigações* neste trecho traz consigo algumas implicações difíceis de serem sustentadas, em especial, por não levar em consideração certos elementos que caracterizaram o período de transição entre um contexto e outro. Fogelin, por exemplo, é taxativo em dizer que:

*Here we can give a further characterization of the difference between Wittgenstein's early and later views about language. Throughout his philosophical career Wittgenstein recognized that our actual language seems wholly lacking in the purity and rigor the logician demands. In the Tractarian period he discounted this vagueness, ambiguity, indeterminacy, etc., and argued that this logically pure structure must somehow underlie our everyday language. Language, that is our everyday language, disguises thought. It takes a man of great insight, a logician, to tell us what we really mean. In the Investigations, Wittgenstein takes this vagueness, indeterminacy and ambiguity as revealing the structure of thought itself (FOGELIN. 1995. p.136).*

Na medida, porém, em que interpretações como essas enfatizam o *Tractatus* e a sua contraposição nesse trecho das *Investigações*, fica claro que o que se quer evidenciar com esta crítica é, de um lado, a pretensão do *Tractatus* de superar *toda* a vagueza da linguagem a partir de certas regras da sintaxe lógica e, de outro, a constatação nas *Investigações* de que esta determinação não ocorre em *todos os casos*. Mais uma vez, pressupõe-se que entre um período e outro não há nuances, algo que, como veremos, não é tão fácil de se aceitar.

Em relação ao *Tractatus*, o propósito que se enfatiza na contraposição dos §§81-88 é o de que a obra pretende circunscrever os limites do que poderia ser dito com sentido a partir de certas *pré-condições*, que se apresentariam como regras da sintaxe lógica que determinam as relações que uma palavra pode estabelecer dentro de um sistema. Como consequência, à filosofia caberia como resultado final:

(...) o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos ou indistintos (TLP. 4.112).

Em última instância, este tipo de perspectiva do *Tractatus* visaria demonstrar completa e suficientemente o funcionamento da linguagem, explicitando quais proposições podem ter sentido e quais não passam de fruto de uma má compreensão do uso da linguagem. Para tanto, seria necessário pressupor uma unidade entre as regras da sintaxe lógica e o significado de cada signo, gerando uma concepção *a priori* de um sistema de regras capaz de exercer papel determinante no uso e na significação linguística. Conforme Hacker:

*Syntax consists of the grammatical rules governing a sign-language. Logical syntax consists of logical grammar. A sign-language governed by logical grammar obeys (gehört) the rules of logical syntax (HACKER. 2001. p.118).*

Como dissemos acima, concepções como essas sobre o *Tractatus* tomam como ponto fundamental a explicitação das regras como o elemento capaz de determinar o significado e a estrutura da linguagem em toda e qualquer situação. Ao mesmo tempo, identificam a interlocução das *Investigações* no contexto dos §§81-88 precisamente com este mesmo mote, ou seja, se há um modelo de linguagem ao qual se opor, trata-se do modelo concebido pelo *Tractatus*.

Mas ainda que a leitura sobre o papel das regras possa ser condizente com a filosofia apresentada no *Tractatus*, o que aliás é apontado pelo próprio Wittgenstein em textos como *Some Remarks on Logical Form* (1929) ou *Gramática filosófica*, parece que lançar o olhar sobre o *Tractatus* tentando encontrar estes elementos é algo que decorre de leituras já situadas em um outro contexto e com outras perspectivas, pois, de fato, a explícita comparação da linguagem com o cálculo só começaria a ocorrer depois do início da década de 1930.

Essa característica é relevante pois demonstra como alguns aspectos da filosofia anterior de Wittgenstein não apenas foram subtraídos em sua crítica posterior, mas também reelaborados sob outra ótica. Um exemplo disso, segundo Stern, é o fato de proposições como a 5.473 do *Tractatus*, “A lógica deve cuidar de si mesma”, ceder lugar para a ideia de que é a linguagem quem deve cuidar de si (STERN, 2012. p.57), entendendo que no contexto em que essa frase ocorre a linguagem já está diretamente ligada a uma noção mais elaborada do conceito de “gramática” que Wittgenstein desenvolve ali, também concebida como um conjunto de regras capaz de constituir a significação, mas com uma distância e crítica em relação ao que isso significava no *Tractatus* (Cf. WITTGENSTEIN. 2003. 184)<sup>30</sup>.

Esse tipo de particularidade torna evidente como os textos do período intermediário são fundamentais, na medida em que nos permitem perceber que a interlocução que se pressupunha ser tão clara nos §§81-88 entre as *Investigações* e o *Tractatus*, embora exista, na realidade também é cheia de nuances, não podendo ser estabelecida sem a consideração

---

<sup>30</sup> “O que é falado só pode ser explicado na linguagem e, portanto, neste sentido a própria linguagem não pode ser explicada. A linguagem deve falar por si mesma” (WITTGENSTEIN. 2003. 28)

desses textos. Em especial, podemos notar que alguns pormenores que se desdobram da *interpretação* deste embate e da posição assumida por Wittgenstein nas *Investigações* levantam divergências ainda maiores. Stern (2012), por exemplo, começa a apresentar este tipo de consideração mostrando que para muitos comentadores,

Wittgenstein pretendeu substituir uma análise definicional por algo menos rígido, mas, ainda assim, sistemático e governado por regras. Nesse sentido, supõe-se com frequência que Wittgenstein oferece uma análise dos conceitos por “semelhanças de família” como um substituto para a definição, ou que “a explicação do significado” de fato nos possibilita especificar as regras para o uso das palavras em questão. Segundo esta forma não-pirrônica de ler Wittgenstein, ele está substituindo as considerações sobre a “*forma geral da proposição* e da linguagem” apresentada no *Tractatus* (IF §65a) por uma nova concepção sobre “a essência do jogo de linguagem, e portanto da linguagem” (IF §65a) (STERN, 2012. p.172).

Nos comentários de Baker e Hacker, por exemplo, podemos notar que este tipo de perspectiva se torna um dos elementos centrais para a interpretação dos parágrafos 81-88, mais do que isso, parece se tornar o parâmetro para muitas leituras das *Investigações*, cujo desdobramento imediato é atribuir ao texto a ideia de que a significação, embora seja uma atividade, é governada por regras e, neste sentido, determinada por elas.

Ao analisar o §81, Baker e Hacker partem da mesma consideração sobre o papel das regras no contexto tractariano, mas acrescentam a ênfase de que o *Tractatus* se voltava para algo capaz de determinar o sentido em *todos os casos*:

*W., when he wrote the Tractatus, succumbed to it, thinking that the vagueness and indeterminacy exhibited by natural language is only a surface-grammatical phenomenon that disappears on analysis* (BAKER; HACKER. 2005. p.179).

Um pouco antes de mencionar a “tentação filosófica” à qual Wittgenstein havia sucumbido no período do *Tractatus*, explicitando com isso qual o contexto de interlocução presente nos §§81-88 das *Investigações*, os autores assinalam ainda a relação entre o §81 e alguns parágrafos que o precedem, em especial, os §§79-80, onde é possível notar como algumas palavras são usadas sem limites precisos, isto é, como:

*The rules for the use of our words do not budget for every conceivable eventuality* (BAKER; HACKER. 2005. p.179).

Já indicando que tipo de perspectiva suas interpretações irão seguir ao considerar a posição adotada por Wittgenstein nesse trecho, Baker e Hacker mostram que as *Investigações* apontariam criticamente para a “imprecisão” que envolve a significação, se contrapondo à pretensão do *Tractatus* de tentar determinar as condições para o sentido em toda e qualquer circunstância.

Com isso, conseqüentemente, o trecho das *Investigações* situaria o momento mais exato em que Wittgenstein pensou que quando alguém “pronuncia uma frase e lhe dá significação (*meint*) ou a *compreende* realiza com isto um cálculo segundo regras determinadas (*IF* §81)”. Para estes comentadores, ao relacionarmos o §81 com os §§79-80, por exemplo, podemos perceber que as *Investigações*:

*Criticizes this Tractatus conception [that every indeterminacy is analyzable into a disjunction of propositions each of which has a determinate sense]. A language is not a calculus with rigid rules that provide for all possible circumstances. There are many vague concepts in natural language (BAKER; HACKER. 2005. p.184).*

Para corroborar esta ideia Baker e Hacker mostram como a concepção de linguagem segundo o modelo de cálculo com regras fixas e “capaz de dar conta de toda eventualidade” começou a entrar em “progressiva erosão” na medida em que alguns pontos do *Tractatus* passaram a ser revistos após o retorno de Wittgenstein à Cambridge. Mais do que isto, eles expõem que foi nesse momento que a analogia entre linguagem e jogos de fato começou a se tornar proeminentemente, em especial, graças à sua característica prática:

*Wittgenstein’s attention shifted from the geometry of calculi to the integration of rule-governed symbolisms into human practices (BAKER; HACKER. 2005. p.49)*

Entre outros aspectos, um dos elementos que levaram Wittgenstein a perceber isto envolvia o uso de conceitos gerais como “folha” ou nomes próprios como “Móises” – daí a relação direta do §81 com os §§79-80 no comentário de Baker e Hacker, onde Wittgenstein trata justamente deste último caso. Nas considerações destes autores é fundamental

entendermos que o §81 leva em consideração o fato de os nomes próprios serem usados sem um significado preciso e fixo, como na discussão sobre Moisés, por exemplo (cf. *IF* §79)<sup>31</sup>.

*The rules for the use of our words do not budget for every conceivable eventuality — and are none the worse, for all that (§80). But there is a powerful philosophical temptation to deny that this can be so. W., when he wrote the Tractatus, succumbed to it, thinking that the vagueness and indeterminacy exhibited by natural language is only a surface-grammatical phenomenon that disappears on analysis (BAKER; HACKER. 2005. p.179).*

A crítica do §81, portanto, estaria direcionada a este tipo de pressuposto, e a contraposição ao papel determinante das regras seria algo limitado a uma concepção que pretende dar conta de *todos os casos*, um tipo de “tentação filosófica” que estaria circunscrita ao *Tractatus*.

Para os referidos comentadores, como já indicamos, a convicção acerca dos limites da regra começou a surgir no começo da década de 1930, com Wittgenstein problematizando a rigidez do modelo de cálculo e concluindo que tal concepção de linguagem precisava ser revista,

*It needed to be replaced by something much looser and more flexible — something like the activity of playing a game, loosely governed by rules that do not try (absurdly) to budget for all conceivable eventualities (BAKER; HACKER. 2005. p.50).*

Sob a ótica destes autores, neste momento o uso do método dos jogos de linguagem forneceram a Wittgenstein não apenas um contraponto à dieta unilateral do seu antigo trabalho, expondo que a linguagem na verdade pode ser usada de diferentes formas, mas também um modelo mais “flexível”, cuja relação de determinação do sentido poderia ser comparado a uma *atividade* que, como qualquer tipo de jogo, ocorre em um contexto de criação ou interação social:

*Playing games, like speaking, is a human activity, and the existence of shared games, like a shared language, presupposes common reactions, propensities and abilities (BAKER; HACKER. 2005. p.52).*

---

<sup>31</sup> Convém notar que este exemplo especificamente é um dos mais antigos, usado por Wittgenstein já nos primeiros anos após seu retorno à filosofia, presente tanto na *Gramática Filosófica* quanto no *Big Typescript*.

Mas há, entretanto, um pressuposto básico que se conservaria intacto apesar da crítica e da revisão do modelo de linguagem que se compara a um cálculo com regras fixas, qual seja, os jogos ainda continuariam sendo uma atividade governada por regras. Apoiados em uma citação da *Gramática Filosófica*, Baker e Hacker interpretam que, ainda que haja maior “flexibilidade”:

*The rules of a game are constitutive rules, as are rules of grammar. Unlike those of a calculus (but like the rules of language), they are not ‘closed’; they do not attempt to budget for all eventualities* (BAKER; HACKER. 2005. p.52).

O que se destacaria a partir da comparação com os jogos, portanto, é a flexibilidade que o modelo ganharia com a analogia, apesar de permanecer a relação de determinação e a concepção de linguagem como uma atividade governada por regras. Uma interpretação que resultaria já das primeiras críticas da década de 1930 e que, segundo a interpretação dos referidos comentadores, se manteria até a redação final das *Investigações*, podendo ser observadas, por exemplo, nos §§81-88.

Segundo o parâmetro de leitura proposto acima, o §81 exibiria uma contraposição a um tipo particular de linguagem que estaria ligada ao modelo de cálculo. Mas sua interlocução seria exclusivamente com o *Tractatus*. Ora, o que não parece ser claro para este tipo de interpretação é a especificidade dos textos do período intermediário e a distância que eles possuem da posição adotada por Wittgenstein nas *Investigações*.

No contexto de reflexões como as que aparecem no *Big Typescript* e na *Gramática Filosófica* podemos apontar para alguns elementos capazes de mostrar como Wittgenstein é favorável à concepção de linguagem como um cálculo segundo regras fixas e *simultaneamente* contrário à delimitação precisa dos conceitos em todos os casos, uma perspectiva bastante compatível com os comentários que Baker e Hacker pressupõem estar presente nas *Investigações*.

O que pretendo analisar a seguir é se de fato as *Investigações* conserva inalterada essa perspectiva ou se é a interpretação dada pelos referidos comentadores que foi influenciada pelas concepções desenvolvidas por Wittgenstein durante o período intermediário.

## 3.2 Algumas considerações sobre linguagem e cálculo no período intermediário

### 3.2.1 Linguagem e cálculo no contexto do *Big Typescript*

É sobretudo no começo da década de 1930 que a metáfora do cálculo é efetivamente usada por Wittgenstein para caracterizar a linguagem, em especial, em textos como o *Big Typescript* e a *Gramática Filosófica*. Pressupomos neste capítulo que a explicitação de certos elementos presentes nesses materiais permite-nos problematizar algumas das leituras postuladas sobre as *Investigações*, em especial, sobre o que é apresentado nos §§81-88, cujo mote é a ideia de “quem pronuncia uma frase e lhe dá significação ou a compreende realiza com isso um cálculo segundo regras determinadas” (*IF* §81).

Diferentemente do *Tractatus*, nestes textos do período intermediário Wittgenstein compara expressamente a gramática da linguagem com um “process that follows fixed rules” (cf. BT 58 p.203e). A analogia é clara, traçando paralelos entre a metáfora e a concepção de “gramática” que é desenvolvida neste período. Em BT 374, por exemplo, há uma afirmação sobre as regras gramáticas mostrando precisamente que são elas que determinam o sentido de uma sentença:

*The only things that are exact and unambiguous and indisputable are the grammatical rules, which in the end must show what is meant*  
(BT 374).

Esta relação é posta, sobretudo, porque a gramática da linguagem é o que permite as combinações entre sinais que dão valor às sentenças (BT 93), que só adquirem o seu sentido se inseridas dentro desse sistema. Justamente porque as regras gramaticais não são “ambíguas”, mas o anteparo das variações dos sinais, é que elas podem ser compreendidas como algo capaz de determinar previamente o sentido de uma proposição, mostrando quais combinações estão ou não de acordo com essas regras (cf. BT 374).

Do modo como essa perspectiva se torna o parâmetro pelo qual Wittgenstein passa a olhar a linguagem durante este período, a identificação com o modelo do cálculo acabará se

tornando um elemento definidor da própria linguagem, daí a sua afirmação nos termos que se segue:

*I view language and grammar as a calculus, i.e. as a process that follows fixed rules, grammar from the point of view of a calculus, // in the form of a calculus, // i.e. as operating according to (BT 58 p.203e).*

A explicitação das regras, enquanto estrutura da linguagem, torna-se, assim, a maneira pela qual poderíamos compreender a linguagem como uma operação matemática ou lógica, isto é, como um cálculo com regras fixas, que *determinam* o sentido de uma proposição e nos mostram como certos elementos estão concatenados correta ou equivocadamente.

Desse aspecto também se desdobraria a maneira peculiar de ver o trabalho filosófico, algo como uma atividade “terapêutica”, isto é, uma filosofia entendida como análise e explicitação de discursos construídos segundo os preceitos gramaticais, que não infringem suas regras. Tal procedimento pontuaria quais erros tradicionalmente estamos sujeitos a cometer em filosofia e o que deve ser feito para evitá-los.<sup>32</sup>

Visto dessa forma, podemos notar que os “mal-entendidos” em linguagem ocorrem como consequência de um *uso* equivocado das palavras, situadas dentro de um sistema de regras gramaticais que *determinam* o modo adequado de estruturação da linguagem. Neste caso, o filósofo então se expressaria do seguinte modo:

*We don't want to refine the system of rules in fantastic ways, nor do we want to complete it. We want to remove the confusions and anxieties that stem from the difficulty of seeing the system all at a glance (BT 58. p.203e).*

---

<sup>32</sup> Este é um ponto que se torna alvo de todo um “capítulo” do *Big Typescript*, que se reflete em outros textos deste período e também nas *Investigações*. No caso específico das *Investigações*, porém, a perspectiva pela qual se olha esse trabalho é bastante distinta. O pressuposto recai com muito mais ênfase sobre o modo como usamos as palavras sem, contudo, aceitar que haja algo oculto, a essência, alguma coisa comum ou as regras que governam a linguagem, e que deveria ser explicitado, “algo que se encontra no interior, que vemos quando desvendamos a coisa e que uma análise deve evidenciar” (IF §92). A própria discussão que estamos tentando levar a cabo nesse capítulo sobre os §§81-88 ajuda a mostrar a diferença entre os textos do período intermediário e as *Investigações*, o que inclui mudanças em concepções como estas sobre o papel da filosofia.

O interessante é que nesta mesma obra Wittgenstein expõe exaustivamente uma série de exemplos<sup>33</sup> sobre a impossibilidade de concebermos as regras como capazes de abranger todos os casos imagináveis e com isso delimitarmos completamente certos conceitos. Aquilo que aparece no §79 das *Investigações* acerca do nome próprio “Moisés”, salvo alguns detalhes, já está presente no *Big Typescript*.

*Russell would say that we can define the name Moses by different descriptions (“the man whose name was ‘Moses’ and who lived at that time in that place”, or “the man – whatever he was then called – who led the Israelites through the desert” or “the man who as a baby was fished out of the Nile by the pharaoh’s daughter”, etc., etc.). Depending on whether we accept one or another definition, the sentence “Moses existed” acquires a different sense, and so too does every other sentence about Moses (BT 58; 28 p.197e).*

Como demonstram Baker e Hacker, citados anteriormente, o §81 está diretamente concatenado com os §§79-80, justamente porque ali Wittgenstein já evidenciava que nem todos os conceitos são rigidamente delimitados. Mas isso, como vimos, é algo explícito desde o *Big Typescript*. Esta seria uma perspectiva mantida até a redação das *Investigações*? Talvez seja este o mote para a leitura dos referidos comentadores.

No entanto, uma vez que o período intermediário afirma simultaneamente o modelo de linguagem como cálculo e a ideia de que existem conceitos sem limites claros, não é razoável que a interlocução e crítica do §81 se refira direta e exclusivamente ao *Tractatus*, mas justamente às concepções desenvolvidas na década de 1930.

### 3.1.2 Linguagem e cálculo no contexto da *Gramática Filosófica*

Na *Gramática filosófica*, texto do período intermediário, Wittgenstein reflete sobre a relação de determinação do significado a partir das regras, mas simultaneamente discute o

---

<sup>33</sup> Muitos desses exemplos estão presentes também nas *Investigações*, e se não levarmos em consideração o seu contexto eles podem facilmente induzir a uma leitura equivocada, como se Wittgenstein pretendesse a mesma coisa tanto no período intermediário quanto nas *Investigações*, o que nem sempre ocorre.

tema da significação considerando as distinções postas pelo contexto e prática dessas regras, o que também demonstra uma visada crítica em relação ao *Tractatus*.

Em um trecho bastante marcante, em que, além da autonomia da gramática, se destaca a sua implicação com uma certa prática, Wittgenstein faz a seguinte declaração:

Quero dizer que o lugar de uma palavra na gramática é o seu significado. (...) A explicação do significado explica o uso da palavra. O uso de uma palavra na linguagem é o seu significado. A gramática descreve o uso das palavras em uma língua (WITTGENSTEIN. 2003. II.23).

O contexto de debate sobre a significação, diferentemente do *Tractatus*, onde isso se dava em referência ao próprio objeto,<sup>34</sup> aqui é remetido ao modo como uma palavra se desloca no interior da gramática segundo um certo conjunto de regras, o que portanto explicita que ela deve ser tomada como pressuposta em nossa linguagem.

Quando o texto aborda a questão do significado ele também evidencia que as regras gramaticais são como uma espécie de parâmetro a partir do qual podemos usar corretamente as expressões, “‘Entender uma palavra’ pode significar: *saber* como é usada; *ser capaz* de aplicá-la” (WITTGENSTEIN. 2003. I. 10). As regras, portanto, teriam como função, exatamente, determinar o lugar que as palavras devem ocupar no interior da gramática, ordenando de antemão as possibilidades de uso da linguagem.

Estes critérios, contudo, são pressupostos em nossa linguagem e por isso arbitrários, como no exemplo do metro padrão de Paris, que como unidade de medida usada para determinar o que é um metro, não pode ele próprio ser medido (Cf. *IF* §50). De modo bastante direto, Wittgenstein afirma na *Gramática Filosófica* que:

A gramática não é responsável por nenhuma realidade. São as regras gramaticais que determinam o significado (que o constituem) e, portanto, elas próprias não são responsáveis por qualquer significado e, nessa medida, são arbitrárias (WITTGENSTEIN. 2003. X. 133. p.139)

---

<sup>34</sup> “Os objetos contêm a possibilidade de todas as situações” (TLP 2.014); “A possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto” (TLP 20141). Segundo o comentário de Fogelin: “More strongly, on the Tractarian account, a singular proposition must already contain all the information about any object it refers to, for this follows immediately from that picture of the essence of human language that holds that the meaning of a term *is* the object it stands for. (FOGELIN. 1995. p.131)

A gramática se apresenta a nós e estabelece a possibilidade de significação, é o próprio modo pelo qual descrevemos os fenômenos, pois se trata justamente de algo *normativo*. Por isso, também, não precisa ela própria ser justificada<sup>35</sup>, “só podemos dar exemplos de onde as regras são usadas corretamente e onde não são, e dizer: ‘Olhe – você não vê a regra?’” (MONK. 1995. p.275).

A concepção de significado, conseqüentemente, passa a ser vista como um “operar com regras”, no sentido de descrever quais elementos da gramática (regras) permitem à linguagem se realizar adequadamente. Aqui, porém, convém notar, essa descrição começa a se relacionar com a aplicação das regras sem que seja necessário se referir a nada que não o próprio espaço autônomo da gramática,

Interessamo-nos apenas pela descrição do que ocorre e não é a verdade mas a forma da descrição que nos interessa. O que ocorre considerado como um jogo (WITTGENSTEIN. 2003. II, 30).

Assim, o uso da analogia com o jogo de xadrez torna-se também um meio fundamental para Wittgenstein especificar nesta obra a concepção de significado como a explicitação do espaço de articulação das regras. Para ele, podemos:

Ter na cabeça as maneiras possíveis de aplicar uma palavra no mesmo sentido em que o enxadrista tem todas as regras do xadrez na cabeça, e o alfabeto e a tabela de multiplicação. O conhecimento é o reservatório hipotético do qual flui água visível (WITTGENSTEIN. 2003. I. 10).

Ao seguir este paralelo, Wittgenstein mostra concomitantemente que assim como o xadrez é caracterizado como um jogo a partir de suas regras, definido por meio delas, conseqüentemente essas regras devem pertencer à própria gramática da palavra “xadrez” (2003. I. 13. p.35). No entanto, não se trata de ter em mente uma definição da palavra quando a usamos, pois se de fato isto só acontece é algo que se passa apenas quando somos perguntados sobre ela, o que nos leva a supor que ao usarmos uma palavra corretamente ou

---

<sup>35</sup> Querer justificar filosoficamente a gramática é na verdade contribuir para uma doença. O papel “terapêutico” do filósofo consiste especificamente em demonstrar que a própria pergunta pela significação pode trazer em si rastros disso. Segundo o *Livro Azul*, em um contexto de discussão sobre a perplexidade levantada por certas perguntas filosóficas, “Nós apenas expressamos esta perplexidade ao formular uma questão um pouco enganadora, a questão: “o que é...?” Esta questão é uma expressão de falta de clareza, de mal-estar mental, e é comparável à questão “porquê?” que as crianças repetem tão frequentemente” (Wittgenstein. 1992. p.59).

estamos seguindo uma regra ou simplesmente agindo por experiência. De todo modo, trata-se de uma articulação das palavras em uma sentença:

Quando uma pessoa interpreta, ou entende, um signo em um sentido ou outro, o que está fazendo é dar um passo em um cálculo (como uma operação). O que ela *faz é, grosso modo*, o que faz se dá expressão à sua interpretação (2003. I. 13. p.36).

É este “cálculo”, portanto, uma maneira análoga pelo qual podemos perceber a existência de critérios a partir dos quais uma palavra ou sentença está ou não sendo usada corretamente, e mais do que isso, pois se trata de uma atividade, como o jogo, que deve então ter o seu significado relacionado a um uso regrado.

Ora, esta concepção, e também o que foi exposto sobre o *Big Typescript*, ainda é algo circunscrito a um período de transição entre o *Tractatus* e as *Investigações*, e expõe claramente que durante o seu processo de autocrítica Wittgenstein concebeu ao mesmo tempo a metáfora do cálculo e a recusa de sua rigidez para delimitar com precisão os conceitos, aplicando-se a todos os casos independente do contexto e de seu uso. Na realidade, este que parece ser o parâmetro a partir do qual se dão as interpretações expostas anteriormente, do qual Baker e Hacker podem ser destacados, talvez não se ajuste exatamente com o que é exposto entre os §§81-88 das *Investigações*.

### 3.3 Linguagem e o debate sobre seguir regras nas *Investigações*

Considerações como as de Baker e Hacker sobre o diálogo estabelecido entre os §§81-88 procuram demonstrar que apesar de não alcançar todos os casos “possíveis e imagináveis” ou de ponderar sobre a vagueza de certos conceitos, as regras ainda desempenham um papel determinante. Neste sentido, portanto, as *Investigações* ainda estariam corroborando o pressuposto de que o uso da linguagem e a conceituação se apoiam em um substrato mais seguro do que a simples noção de *semelhanças de família*.

Usando paralelamente os jogos, ou melhor, mostrando como respondemos a alguém o que é um jogo, Wittgenstein de fato estaria apresentando este uso explanatório do conceito

como a real possibilidade de explicitarmos a alguém o seu significado, mas isto, em última instância, se daria porque esse levantamento de práticas apontaria para as regras que determinam essas ações. Como sugerem Baker e Hacker:

Oferecer uma explicação consiste em explicitar algumas das conexões na reticulação das regras gramaticais. Explicações são regras, mas, é claro, nem sempre, ou mesmo frequentemente, regras de aplicação. Sua normatividade consiste no fato de que uma regra apresentada por uma explicação aceitável oferece um padrão para julgar corretamente os usos de uma expressão. Isto pode se dar por meio de fundamentos de aplicação, pela legitimidade de substituições, ou por critérios de entendimento (1980b, 36-7).

Sob esta ótica, seria então neste sentido que Wittgenstein iniciaria as suas considerações a partir do §81, afirmando que as regras são não apenas determinantes, mas que em última instância caberia ao filósofo explicitá-las para evitarmos os erros que a filosofia tradicionalmente tem cometido. Mais do que isto, o texto colocaria em questão a tendência em filosofia de compararmos o uso das palavras com um “cálculo segundo regras fixas” em tom mais ponderado, relacionando esta posição apenas ao contexto do *Tractatus*, quando Wittgenstein realmente concebia o uso das palavras a partir de uma estrutura mais rígida<sup>36</sup>.

Ainda sob a diretriz dessa interpretação, a crítica do §81 demonstraria que seguir o modelo de linguagem do *Tractatus* é como pensar na lógica como algo capaz de realizar o mesmo que a ciência natural, esta última tratando de fenômenos naturais e a outra de “linguagens ideais” que se estendem de um sistema de regras<sup>37</sup>, uma perspectiva que faz da lógica uma espécie de mecanismo subjacente ao funcionamento da linguagem que deve ser revelado, e que uma vez explicitado nos mostraria algo como a “forma geral da proposição”, um caso protótipo para todos os outros.

---

<sup>36</sup> Conforme o §81a, disso se desdobraria também a discussão sobre o mal entendido ao qual somos levados quando consideramos que a linguagem ordinária deve se configurar a partir da normatividade da lógica, sendo esta uma linguagem ideal, mais completa, cuja explicitação dada pelo lógico, por exemplo, assinalaria o modo correto de uma frase.

<sup>37</sup> Contrário à sublimação da lógica, Wittgenstein reconduz a sua aplicabilidade à função que desempenha no interior da linguagem, isto é, em certos *jogos de linguagem*, não partindo, portanto, do pressuposto de que este é o ideal fixado para a linguagem ordinária se espelhar.

Moderando um pouco o tom desse “projeto” de investigação da linguagem, Baker e Hacker irão dizer que a partir da crítica do §81 e do trecho subsequente o significado de uma expressão não seria assim tão profundo e, “mais teórico do que aquilo que é patente nas práticas aceitas de explicação dessa expressão (1980b. p.30)”. Mas claro, essa amenidade não os impedem de logo na sequência afirmar que a explicação na verdade ocupa um lugar dentro de um sistema de regras de aplicação (cf. 1980b. p.36)

Se distanciando um pouco dessa maneira de interpretar o texto, parece que o que não é efetivamente claro na leitura dos §§81-88 é que o que nos resta é apenas a tarefa de expor as práticas e os jogos de linguagem para na sequência demonstrar quais regras nós encontramos ali, e que no final nos serviria para aferir se nossos usos estão ou não corretos, isto é, se se configuram como “práticas aceitas de explicação dessa expressão” e se são “familiar a seus participantes, disponível para exame e supervisionável” (BAKER; HACKER. 1980b. p.30).

Já no contexto do *Livro Azul*, por volta de 1934, e portanto coevo com a composição do trecho das *Investigações* que vai do §1 ao §133, Wittgenstein pontua que “essa é uma visão muito parcial da linguagem”, e que, “na *prática*, usamos muito raramente a linguagem como um cálculo deste tipo” (1992. p.59).

Se retornarmos à alguns dos parágrafos das *Investigações* próximos ao §81, veremos que os pontos ali discutidos por Wittgenstein também já indicavam com certa ênfase que a explicação tem como função descrever os jogos sem, contudo, pressupor algo mais do que a nossa prática:

Como explicaríamos a alguém o que é um jogo? Imagino que devemos descrever-lhe jogos, e poderíamos acrescentar à descrição: “isto e outras coisas semelhantes chamamos de ‘jogos’”. E nós próprios sabemos mais? Será que apenas a outrem não podemos dizer exatamente o que é um jogo? – Mas isso não é ignorância. Não conhecemos os limites porque nenhum está traçado (*IF* §69).

Relacionado ao modo como *usamos* as palavras, isto é, ao modo como efetivamente a linguagem se circunscreve em certas experiências, a explicação (significação) tem por referência apenas a descrição de jogos, a particularidade do contexto em que ele ocorre e o acréscimo “isto e outras coisas semelhantes chamamos de jogos”, e não algo comum, um objeto, uma imagem ou regras capazes de determinar o modo como procedemos.

Neste caso, já se trata de uma problematização da própria ideia de que as regras *necessariamente* fundamentam a nossa prática, que apenas a partir de tais pressupostos podemos nos contrapor à indeterminação do sentido, legitimando filosoficamente os conceitos e, assim, sendo autorizados a chamá-lo dessa forma (*IF* §71). Conforme o *Livro Azul*,

Não só não pensamos nas regras de uso – nas definições, etc. – quando utilizamos a linguagem, como também não somos capazes de, na maior parte dos casos, fornecer essas regras quando isso nos é pedido. Somos claramente incapazes de circunscrever os conceitos que utilizamos; não porque desconhecemos a sua verdadeira definição, mas porque não existe qualquer “definição” verdadeira desses conceitos. Supor sua *necessidade* seria como supor que, sempre que as crianças brincam com uma bola, jogam um jogo de acordo com regras rigorosas” (WITTGENSTEIN. 1992. p.59).

Também no contexto das primeiras críticas da década de 1930 Wittgenstein vinha assinalando que através da metáfora do cálculo podemos perceber como a linguagem adquire o seu sentido enquanto *prática*, situada no interior de um sistema cujas relações são estabelecidas pela própria gramática. A ideia de *atividade*, portanto, já desempenhava um papel fundamental no pensamento de Wittgenstein nesse período, embora ele ainda ressaltasse a função determinante das regras. Na *Gramática Filosófica* é possível observar as nuances entre a prática e as regras da seguinte forma:

Qual é o signo de que alguém entende um jogo? Ele deve poder recitar as regras? Não é também um critério que ele possa jogar o jogo, isto é, que ele realmente o jogue, mesmo que fique atarantado quando lhe perguntarem as regras? Aprendemos o jogo apenas porque nos contam as regras e não também quando o vemos ser jogado? Naturalmente, uma pessoa muitas vezes dirá a si mesma enquanto observa “Ah!, então essa é a regra”, e ela pode, talvez, anotar as regras enquanto as observa, mas, com certeza, existe algo como aprender o jogo sem regras explícitas (WITTGENSTEIN. 2003. I. 26. p.44).

O que realmente parece ocorrer a partir do trecho que se inicia no §81 das *Investigações* não é apenas o fato de a nossa linguagem ordinária jamais se adequar a uma teoria ou conseguir alcançar um modelo ideal como o que se espelha na lógica do *Tractatus*, mas que pressupostos como estes – ou mesmo os do período intermediário, já com a convicção de que a delimitação exata dos conceitos em todos os casos nem sempre é

possível – ainda estão relacionados a uma má compreensão do modo como usamos a linguagem.

Wittgenstein claramente assegura que a nossa linguagem ordinária está em perfeita ordem<sup>38</sup> da maneira como está e, sobretudo, que qualquer linguagem ideal que possamos produzir não deve ser posta em detrimento da linguagem comum, como se sua vagueza ou ambiguidade legitimasse a busca por alguma essência oculta, uma estrutura lógica ou um sistema de regras fixas capazes de delimitar com precisão os conceitos, “como se nossas formas de expressão habituais fossem, essencialmente, ainda não analisadas, como se nelas estivesse algo oculto que se devesse trazer à luz” (*IF* §91).

No caso específico dos §§81-88, a concepção de que as regras determinam a significação não apenas não corrobora esses pressupostos, como também se relaciona a um mal-entendido, uma “ficção”. Segundo Stern,

O narrador de Wittgenstein insiste que as entidades postuladas, sejam elas ideias na mente, processos no cérebro, ou reticulacões de regras gramaticais, são uma ficção filosófica que não funciona, como uma roda que parece estar conectada ao restante de um mecanismo, mas que, de fato, é ociosa (2012. p.178).

Já no §81b Wittgenstein fala de conceitos que uma vez esclarecidos nos fariam entender por que somos levados a acreditar que quem pronuncia uma frase faz isso segundo um cálculo com regras determinadas, cuja relação com a lógica leva-nos a pressupor que se trata de algo *ideal* e que por essa particularidade pode ser visto como um substrato de nossa linguagem cotidiana, mas ainda assim, capaz de animá-la, a ponto de querermos nos aproximar do céu em que residem tais regras<sup>39</sup>.

Essa crítica terá profunda implicação para o debate que vem logo a seguir, pois os conceitos fundamentais que Wittgenstein aponta nesta parte do parágrafo são “entender, querer dizer (*meinen*) e pensar” (*IF* §81b), que além de sua relação com todos os problemas acerca dos processos mentais, também estão relacionados com a ideia de “seguir regra”. Com isso já podemos notar um ponto de ruptura bastante marcante com o tipo de

---

<sup>38</sup> No §98, por exemplo, Wittgenstein expõe que: “Por um lado, é claro que cada frase de nossa linguagem ‘está em ordem, tal como está’. Isto é, que nós não aspiramos a um ideal: como se nossas frases habituais e vagas não tivessem ainda um sentido totalmente irrepreensível e como se tivéssemos primeiramente de construir uma linguagem perfeita”.

<sup>39</sup> “como se em lógica falássemos de uma linguagem *ideal*” (*IF* §81b)

perspectiva discutida nos tópicos anteriores dessa pesquisa, em que as interpretações sobre os parágrafos 81-88 explicitariam a significação basicamente como o ato de “seguir regras”.

Para Stern,

A principal questão colocada é se a explicação em particular, e a linguagem em geral, é melhor entendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos e governados por regras; ou se ela é melhor entendida caso sejamos igualmente atentos a como ela é *ad hoc* e dependente de circunstâncias e de um contexto particular (STERN, 2012. p.176).

Entre outros aspectos, a discussão começa a colocar em debate algo que será retomado adiante nas *Investigações*, a saber, a discussão sobre “seguir uma regra”, que aparecerá nos §§143-242. No trecho dos §§81-88, porém, logo após a afirmação de que quem pronuncia uma palavra e lhe dá significação faz isso segundo regras fixas, já temos uma problematização desse pressuposto, mostrando em primeiro lugar que a própria ideia de “regras segundo a qual alguém procede” não é clara.

Levando em consideração o que expomos anteriormente, os §§81-88 não tratariam de uma crítica que se circunscreve apenas à concepção de regra para “todos as circunstâncias”, mas também à leitura cujo pressuposto é a ideia de que há casos em que as regras não conseguem delimitar completamente um conceito, como no exemplo da poltrona imaginada por Wittgenstein (*IF* §80), que segundo Fogelin:

*It is just a brute fact that the application of most of our concepts is not sharply bounded by rules* (1995. p.136)

Que de fato esse exemplo ressalta a existência de casos em que a delimitação precisa é um problema, disto não há dúvida, porém, como vimos acima, esta já era uma concepção presente em textos como o *Big Typescript*. O que é preciso ressaltar é a especificidade das críticas no contexto dos §§81-88. Segundo o §82, por exemplo, existem várias alternativas para definirmos o que significa a expressão “regra segundo a qual ele procede”, tais como:

A hipótese que descreve de modo satisfatório seu uso das palavras observado por nós; ou a regra que consulta ao usar os signos; ou a que nos dá como resposta, quando perguntamos qual é sua regra? (*IF* §82).

E isto não é só, pois casos como esses não esgotam as demais dúvidas que poderiam ser levantadas. Como sugere o exemplo do §83, há jogos cujas regras podem ser interpretadas como algo que se modifica no seu próprio decurso, e mais do que isso, pois a

interpretação na verdade “pressupõe” que se segue uma regra, mas isso nem parece acontecer na passagem, como também não é necessário que ocorra. A questão, portanto, não é só o fato de que a aplicação da regra não alcança todos os casos, como sugere Fogelin, mas que a própria ideia de uma regra supostamente oculta em nossas práticas e capaz de determinar sua significação contém uma série de elementos problemáticos.

Podemos pensar no jogo de tênis citado no §69 e na possibilidade que ele cogita, isto é, uma bola sendo lançada a uma altura absurda; não poderia ser o caso de estabelecermos um limite e criarmos uma regra para isso? Ora, não existem regras suficientes para especificarmos todas as situações possíveis, mas mesmo que existisse um caso assim, qual seria a aparência desse jogo, um jogo completamente determinado por uma regra e que seja algo que não dê margem para uma interpretação dúbia, ou ainda, que abarque todas as possibilidades imagináveis (*IF* §84)?

Wittgenstein assinala algo fundamental nessa passagem e estabelece uma relação profunda entre os problemas relacionados à ideia de seguir regras e as circunstâncias específicas em que essas práticas ocorrem. Isso dá ensejo para debater o fato de que fora de contexto nenhuma regra é por si só isenta de dúvida, por isso, “podemos imaginar uma regra que regule o emprego da regra” (*IF* §84). Isso levará a cabo o jogo de linguagem do parágrafo 86, cujo fator preponderante é justamente a ideia de que uma regra sempre pode suscitar outras interpretações, e este é o paradoxo do texto, “é como se uma elucidação pairasse no ar, se não houvesse uma outra que a apoiasse” (*IF* §87).

De maneira central, estas passagens explicitam a inadequação de leituras como as de Baker e Hacker, uma vez que os pontos fixos presumivelmente capazes de interromper o estabelecimento sucessivo de regras para explicar a sua efetivação são profundamente problematizados.

O jogo de linguagem de que fala o §86, por exemplo, mostra que alguém pode aprender a ler uma tabela traçando uma série de traços horizontais e procurando uma figura enquanto a percorre com o dedo da esquerda para a direita. Esta poderia ser uma regra e até poderíamos anexá-la à tabela, mas, como questiona Wittgenstein, esta regra não poderia requerer uma outra explicação? E a explicação não seria uma regra para a regra? E assim não poderíamos ir indefinidamente suscitando outras regras?

Stern (2012) mostra com grande perspicácia que esse jogo de linguagem é bastante análogo ao jogo que aparece no §2. No §2 a discussão havia problematizado a ideia de que o

significado pode estar atrelado a um objeto que a palavra substitui, cuja definição ostensiva seria o seu corolário. Igualmente, o §86 demonstra o equívoco de se pensar que o significado remete a outros signos:

Pois a explicação de palavras em termos de signos pressupõe que uma forma habitual de responder a palavras e signos seja dada, da mesma maneira que nossa prática ordinária da ostensão pressupõe que acompanhem a linha formada a partir do dedo apontado pelo falante, e não a partir de seu antebraço (2012. p.180).

Assim, teríamos novamente um paradoxo colocado por Wittgenstein, como o suscitado pela definição ostensiva. Do mesmo modo como a definição ostensiva pressupõe uma série de elementos para que um determinado significado seja apreendido (caso houvesse outros elementos pressupostos, novos objetivos seriam alcançados) (*IF* §6), no §86 a interpretação de uma regra traz como problema o fato de que esta sempre pode ser seguida de uma maneira diferente ou suscitar outras regras para que ela seja esclarecida. A questão é que não podemos suscitar indefinidamente uma regra para esclarecer a aplicação de outra regra.

Stern (2012. p.181) explica que Wittgenstein já havia antecipado a resposta para esse problema no §85, quando discutiu a função da regra enquanto “poste de sinalização”. Não se trata de precisar a ação ou de excluir toda a ambiguidade, o que temos que compreender é que qualquer apoio objetivo para a interpretação que não considere efetivamente a sua prática é um equívoco:

Uma regra se apresenta como um poste de sinalização. – O poste de sinalização não deixa nenhuma dúvida sobre o caminho que eu tenho de seguir? Mostra em que direção devo seguir quando passo por ele; se pela rua, pelo atalho ou pelos campos? Mas onde se diz em que sentido devo segui-lo: se na direção dos dedos ou (por exemplo) na oposta? E se em lugar de um único poste de sinalização houvesse uma cadeia ininterrupta de postes, ou traços de giz no chão, – haveria apenas *uma* interpretação para eles? – Posso, pois, dizer que o poste de sinalização não dá lugar a nenhuma dúvida. Ou muito mais: algumas vezes dá lugar a dúvidas, outras não. E isto não é mais nenhuma proposição filosófica, mas uma proposição empírica (*IF* §85).

Ser um indicador de direção, como sugere o §85, não significa que afastaremos todas as dúvidas, mas que este indicador deixa de ser uma “proposição filosófica” e passa a ser encarado como uma “proposição empírica” (*IF* §85). Em outros termos, a questão é lançada

para o terreno da prática, espaço no qual, de modo irreduzível, as regras de fato ganham as suas significações. Este aspecto já havia sido tocado no §43, por exemplo, onde lemos que:

Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra “significação” – senão para *todos* os casos de sua utilização – explicá-la assim: a significação de uma palavra é o seu uso na linguagem (*IF* §43).

Evidentemente, uma vez situado o debate sobre as semelhanças de família, seria contraditório compreender essa afirmação como uma tese e possível substituto para a representação da essência da linguagem, adotando ainda os pressupostos colocados pelo interlocutor do §65. Não é disso que se trata, mas da própria recusa desses elementos, situando a significação a algo implicado em nossas práticas linguísticas e não em uma teoria, como se essa fosse um pressuposto necessário.

Assim como o debate inicial sobre as semelhanças de família havia exposto a falta de um elemento comum ou de uma delimitação precisa que pudesse servir de critério absoluto para a significação, valorizando em contrapartida a descrição de semelhanças que se entrecruzam e ora estão presentes ora não, mas que ainda assim nos permite *empregar* adequadamente o conceito, o §87 retoma este passo para corroborar a ideia de que uma interpretação da regra sempre suscitará outra regra, a não ser que em algum momento ela toque o “solo rugoso” de nossas práticas:

Suponha que eu elucide: “Por ‘Moisés’ entendo o homem, se tal homem existiu, que conduziu os israelita para fora do Egito, qualquer que tenha sido o seu nome e não importa o que tenha feito ou deixado de fazer”. Mas sobre as palavras desta elucidação são possíveis dúvidas semelhantes às surgidas sobre o nome “Moisés” (o que você chama de “Egito”, quem são os “israelitas” etc.?). (...) – “Mas então como uma elucidação ajuda-me a compreender, se ela não for a última? Então a elucidação nunca se completa; não compreendo e nunca compreenderei o que ele quer dizer! É como se uma elucidação pairasse no ar, se não houvesse uma outra que a apoiasse. Enquanto uma elucidação pode repusar sobre uma outra, mas nenhuma precisa da outra, - a menos que *nós* delas necessitemos a fim de evitar um mal entendido. O indicador de direção está em ordem quando, em condições normais, preencher sua finalidade” (*IF* §87).

Exposto isso, mais uma vez a questão parece retornar ao ideal de exatidão e ao pressuposto de que um conceito inexato, indeterminado, ao ser incompatível com este ideal não funcionaria adequadamente. O ponto é, justamente, ainda se contrapor à autonomia dessa

*prática* ou *uso*, mostrando que por sua inexatidão deve-se pressupor uma atividade regulada por regras, “ora, ‘inexato’ não significa ‘inútil’” (*IF* §88), dirá Wittgenstein.

Para contrapor-se, ou para mostrar os equívocos desse mal entendido, as *semelhanças de família* mais uma vez mostram que o próprio conceito de exato, ao contrário de sua pretensão, ou mesmo “sublimação”, também é algo que se comporta de diferentes maneiras, em usos, circunstâncias e contextos variados. Em suma, trata-se de entender que a linguagem não pode prescindir de nossa prática:

Compreendemos o que significa: acertar o relógio de bolso e regulá-lo para que funcione com exatidão. O que ocorreria se alguém lhe perguntasse: “Esta exatidão é uma exatidão ideal, ou quanto se aproxima disto?” – naturalmente podemos falar de medidas de tempo nas quais haveria outras e, poderíamos dizer, maior exatidão do que a da medida de tempo com o relógio de bolso. Nestas as palavras “acertar o relógio” têm um outro significado, se bem que aparentado, e “ver as horas” é um outro processo etc. (*IF* §88).

Inexato, portanto, pode ser tão útil quanto um conceito “exato”, e isto depende do que estamos chamando de útil. Dizer a alguém: “pare mais ou menos aqui”, alcança seu objetivo tão bem quanto qualquer outra especificação, ou também pode falhar. A questão é que “*um* ideal de exatidão não está previsto; não sabemos o que devemos representar por isso” (*IF* §88).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de *semelhanças de família* pode ser caracterizada a partir do lugar central que ela ocupa nas *Investigações*, em especial, contrapondo-se a certos pressupostos que ao longo da obra ou são explicitados pelo interlocutor de Wittgenstein, ou são sinalizados pelo próprio filósofo. O principal objetivo dessa pesquisa foi o de situar este embate a partir do recorte de parágrafos §§65-88. Para tanto, alguns pontos fundamentais foram discutidos a fim de delimitarmos o trabalho.

No primeiro capítulo, o principal objetivo foi o de apresentar, de maneira geral, a concepção de linguagem que a citação de Agostinho traz e, com ela, a interpretação de Wittgenstein. Basicamente, tratamos desse ponto com o objetivo de situar a discussão dos §§65-88, cujos pressupostos, já no começo do §65, circunscrevem este contexto.

Particularmente, o §65 considera que uma análise da linguagem que não se efetiva como a mera “simplificação de tudo” deve supor como base de sua atividade a investigação de termos como a essência da linguagem, a delimitação do que é comum a tudo o que compõe o conceito e a forma geral da proposição. Estas perspectivas, em geral, se conectam a partir da ideia de que as palavras denominam objetos, que nomear é apreender a essência ou que conceitos gerais como jogos ou linguagem se constituem a partir de uma propriedade comum.

Fica evidente, então, que a explicitação desses pressupostos estão basicamente atrelados ao que Wittgenstein concebe como “uma imagem da linguagem humana” no começo das *Investigações*, e que a noção de *semelhanças de família*, exposta mais

claramente a partir do §65, é um dos elementos centrais de sua contraposição. Isto nos forneceu elementos suficientes para compor uma leitura do recorte de parágrafos 65-88, que feito de maneira mais panorâmica, complementou o primeiro capítulo da pesquisa.

Na sequência do trabalho, selecionamos dois elementos presentes entre os §§65-88 para caracterizar melhor tanto a contraposição de Wittgenstein, quanto a ideia proposta pela noção de *semelhanças de família*, a saber, a suposição de que a significação é precedida, ou é capaz de gerar, uma imagem mental; e a ideia de que significação é dada por uma regra que determina o nosso uso dos conceitos. Sabemos que isso não esgota o tema e as discussões presentes nesse trecho, mas, ao menos assim, temos uma delimitação mais compatível com as nossas limitações.

No segundo capítulo da pesquisa, portanto, analisamos em particular a ideia de que os processos mentais são fundamentais à significação da linguagem. Para tanto, discutimos três exemplos imaginados por Wittgenstein entre os §§72-74 e os problemas que eles abordam, sobretudo, a relação do que é suposto neste trecho com o debate sobre a definição ostensiva em parágrafos anteriores ao recorte §§65-88. Consideramos ainda, como essa discussão perpassou o amadurecimento filosófico de Wittgenstein e a interlocução clara do tema com a obra de Russell.

O segundo elemento, analisado no terceiro capítulo, nos possibilitou abordar a concepção de que a significação ocorre a partir de um sistema de regras, situado mais claramente entre os §§81-88. Um dos principais objetivos do capítulo foi o de compreender que parte fundamental dessa concepção já havia sido desenvolvida por Wittgenstein nos trabalhos anteriores às *Investigações*, e que algumas leituras sobre as *semelhanças de família* se desenvolvem a partir dessa concepção intermediária e não do que Wittgenstein propõe em sua obra madura.

Como desdobramento dessas críticas foi possível perceber que a noção de *semelhanças de família* sinaliza para o oposto do que tradicionalmente se entende por um trabalho conceitual. Sob essa perspectiva, a fundamentação do significado não encontra apoio teórico ou filosófico, mas aponta para uma prática que se constitui independente. Considerar esse aspecto mais “positivo” das críticas de Wittgenstein, porém, é uma tarefa que demanda mais do que foi possível oferecer neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

BAKER, G. “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”. *The Harvard Review of Philosophy*, ix, 2001.

BAKER, G. P. & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning*, Volume 1 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 2005.

BAKER, G. P. & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity*, Volume 2 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 1985.

BAKER, G. P. and HACKER, P.M.S. *Scepticism, Rules and Language*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

BAKER, G. P. & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning*, Volume 1 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 1980.

BOUVERESSE, J. *La force de la règle*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

DIAMOND, C. *Realism and the Realistic Spirit*. Cambridge, MA.: The M.I.T. Press, 1991.

ENGELMANN. *Wittgenstein's philosophical development: phenomenology, Grammar, method, and the anthropological view*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

ENGELMANN. “As filosofias da matemática de Wittgenstein: Intensionalismo sistêmico e a aplicação de um novo método (sobre o desenvolvimento da filosofia da matemática de Wittgenstein) – Curitiba/São Carlos: Revista DoisPontos, vol. 6. n.2. 2009. p.165-184.

ENGELMANN. *Wittgenstein's new method and Russell's the analysis of mind*. Journal of Philosophical Research. Vol. 37. 2012. pp. 283-311.

FOGELIN, R. J. *Wittgenstein*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976, 2nd edition 1987.

FORSTER, Michael. *Wittgenstein on family resemblance concepts*. In Wittgenstein's philosophical investigations: a critical guide. Cambridge University Press, 2010.

GLOCK, Hans-Johann. *A Wittgenstein Dictionary*. Oxford: Blackwell, 1996.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998

GOLDFARB, Warren . ‘I Want You to Bring Me a Slab: Remarks on the Opening Sections of the “*Philosophical Investigations*”’. Synthese 56: 265-82. Reprinted in Canfield 1983.

HACKER, P., *Insight and Illusion*. Revised Edition. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Meaning and Mind*, Volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations – Part I - Essays. Oxford: Blackwell, 1990.

HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Mind and Will*, Volume 4 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 1996.

- HACKER. *Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: connections and controversies*. New York: Oxford University Press, 2001.
- LAERTIOS, Diogenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. 2. ed. Brasília: UnB, 2008
- McGINN, Colin. *Wittgenstein on Meaning*. Oxford: Blackwell, 1984.
- McGINN, Marie. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*. London: Routledge, 1997.
- MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein: O dever do gênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MEDINA, José. *The unity of Wittgenstein's philosophy: necessity, intelegibility and normativity*. State University of New York Press. 2002
- MILLER, A. & WRIGHT, C. (eds.). *Rule-Following and Meaning*. Chesham: Acumen, 2002.
- PLATÃO. *Sofista*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA. 1980.
- PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA. 2001.
- PRADO JÚNIOR, Bento. *Erro, ilusão, loucura*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- RUSSELL, Bertrand. *The Analysis of Mind*. 1997

- SANTOS, L. H. L. . “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.
- STERN, David. *Wittgenstein on Mind and Language*. New York, Oxford University Press, 1995.
- STERN, David. *As Investigações filosóficas de Wittgenstein: uma introdução*. São Paulo: Annablume, 2012.
- SLUGA, Hans D. & STERN, David G. (eds.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, 1996.
- WITTGENSTEIN, L. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 1998.
- WITTGENSTEIN, L. *O livro azul*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- WITTGENSTEIN, L. *Culture and Value*. Edited by Georg Henrik von Wright in collaboration with Heikki Nyman. Revised Edition of the Text by Alois Pichler. Translated by Peter Winch. Oxford: Blackwell, 1998.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Remarks*. Edited from his posthumous writings by Rush Rhees and translated into English by Raymond Hargreaves and Roger White. Oxford: Blackwell, 1975.
- WITTGENSTEIN, L. *The Big Typescript*. Edited and translated by C. Grant Luckhardt and Maximilian A. E. Aue. Oxford: Blackwell. 2005.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Pensadores, Os).
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1997.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. trad. Luiz H. L dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Gramática filosófica*. São Paulo: Loyola. 2003.